

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 031

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE ABRIL DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Marcos Isfer e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mil-tinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº CTL/SEEG/124/2001, do senhor governador do Estado, restituindo a esta Casa de Leis, o Projeto e Lei nº 259/98. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 062/2001, do senhor Jackson Proença Testa, Reitor da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando Balanço Geral da Universidade, exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 120/2001, do senhor José Cid Campêlo Filho - Secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "Situação Financeira do Serlopar". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 341/2001, do senhor José Cid Campêlo Filho - secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Algaci Tulio, que pede esclarecimentos sobre "Serviço de Loteria do Estado do Paraná - Serlopar". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 342/2001, do senhor José Cid Campêlo Filho - secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Algaci Tulio, que pede esclarecimentos sobre "Serviço de Loteria do Estado do Paraná - Serlopar". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 144/2001, do senhor José Antonio Andre-guetto - secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo senhor deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre "número de poços perfurados no Paraná, municípios beneficiados". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 351/2001, do senhor José Cid Campêlo Filho - secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre "II Jogos Mundiais da Natureza". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente fazer a indicação da Bancada do PMDB, para compor a Comissão Especial de Investigação que apurará irregularidades na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, ficando como integrante da mesma, o deputado Edson Strapason.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NEREU MOURA
Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na condição de líder do Partido da Frente Liberal (PFL) venho à Vossa Excelência, indicando-me para

representar o partido na Comissão Especial de Inquérito, para investigar possíveis irregularidades na Sanepar.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo respeitosamente, venho até Vossa Senhoria indicar o deputado Beraldin- PSDB, para representar a Bancada do PSDB, na Comissão para investigar as irregularidades na Sanepar.

Grato pela atenção, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) SERGIO SPADA

Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, nesta Casa de Leis, indico o nome do deputado Ricardo Chab, para compor a Comissão Especial de Investigação -CEI, que investigará irregularidades na Sanepar.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 731

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 076/2001, de autoria do Poder Executivo, que altera a redação do art. 1º, *caput*, da Lei Estadual nº 9.998, de 25 de junho de 1992.

(a) Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 738

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do senhor Aparecido Antonio Pereira, fundador e dirigente do Partido dos Trabalhadores em Sarandi, ocorrido no dia 31 de março do corrente ano.

Requer, outrossim, seja enviado expediente do solicitado à viúva do falecido, senhora Bebianna Ferreira de Souza, extensivo a todos seus familiares: ao presidente municipal do Partido dos Trabalhadores em Sarandi, senhor Adalberto Correia da Silva, ao prefeito municipal de Sarandi, senhor Aparecido Farias Spada; e ao presidente da Câmara

Municipal de Sarandi, senhor José Aparecido da Silva.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Aparecido Antonio Pereira, que morreu no último sábado aos 52 anos de idade, era das pessoas mais conhecidas do mundo político e imobiliário de Sarandi, e seguramente uma das principais referências do Partido dos Trabalhadores e das tendências políticas progressivas do município. Mais conhecido como “Cidão do PT”, às vezes também chamado de “Cido Cabeça Branca”, Aparecido Antonio Pereira residia em Sarandi há mais de vinte anos, quando o município ainda era distrito de Marialva, e foi um dos fundadores do PT na cidade, partido com o qual se alinhou em todas as sucessões municipais, estaduais e nacionais desde então.

Tido como sonhador e idealista, muitos até o classificavam como homem ingênuo, que acreditava no irrealizável, qual seja, ver sua cidade ser um dia administrada por seu partido político. Isto, entretanto, acabou acontecendo, para alegria de todos quantos com ele compartilharam do mesmo sonho. Homem despojado e desinteressado de cargos - ele nunca utilizou a política para tanto, motivo pelo qual nunca se alinhou com outras forças nos períodos eleitorais, apesar das promessas de cargos que inúmeras vezes lhe fizeram -, Aparecido Antonio Pereira morreu sem ocupar nenhum cargo na administração petista que ajudou a eleger em anos e anos de militância, às vezes até solitária.

O presente voto não é apenas um reconhecimento a mais um homem público, mas de louvor a todos que, como Aparecido Antonio Pereira, fizeram da política o instrumento de busca democrática de transformações em favor das vastas camadas de nossa população alijadas do mercado e da política. Um homem que sempre fez política por acreditar em seus ideais, sem nunca ceder por dinheiro, cargos ou vaidade. Aparecido Antonio Pereira é um exemplo de homem, daqueles que precisam ser eternizados para as gerações futuras.

Daí o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 772

Senhor Presidente.

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, respeitosamente REQUER ao Excelentíssimo presidente Hermas Brandão, que solicite aos líderes dos Partidos a indicação dos membros para composição da Comissão Especial de Investigação - CEI, que irá apurar denúncia de irregularidade na Sanepar.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Mesa Executiva desta Casa de Leis requeira tempo junto aos veículos de comunicação do Estado, debates, para esclarecer à população paranaense sobre o processo de privatização da Copel.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER que a Sessão Plenária Ordinária do dia 04 de abril do corrente, seja destinada a pronunciamentos de convidados das Oposições com assento nesta Casa, para prestarem esclarecimentos sobre o processo de privatização da Copel, que será prejudicial ao povo do Paraná.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 737

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apure as denúncias (em anexo) veiculadas pelos jornalistas Claudio Humberto e Sebastião Nery sobre o suposto aliciamento de deputados, pelo governo do Estado, para aprovação da venda da Copel.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

Folha de Londrina / Folha do Paraná

Sexta-feira, 23 de março de 2001.

Cláudio Humberto

“Chantagem no Paraná

Deputados da base aliada na Assembléia Legislativa do Paraná estão chantageando o governador Jaime Lerner: cada um exige R\$100 mil - a título de “repasse” para os municípios de sua influência - ou aprovarão o projeto do deputado Tony Garcia (PPB), que revoga uma lei de 1998 autorizando o governo a vender as ações da Copel, a estatal de energia”.

Sexta-feira, 30 de março de 2001.

“O jogo é bruto...”

Jogam pesado os deputados governistas na Assembléia Legislativa do Paraná. Eles agora derrubaram o veto do governador Jaime Lerner a uma lei de incentivo à cultura, que, apesar de meritória, é flagrantemente inconsti-

tucional. Se Lerner não pagar o preço exigido (R\$1,5 milhão, em alguns casos), o próximo passo é “melar” de vez a privatização da Copel.

...no Estado falido

Segundo Reinhold Stephanes Jr., ex-secretário de Administração de Jaime Lerner e atual vereador em Curitiba, a estatal de energia Copel será vendida porque “o Estado está inviabilizado por uma má gestão da Secretaria da Fazenda”.

O alvo do filho do ex-ministro da Previdência é Giovani Gionédís, ex-secretário de quem Lerner se livrou há meses.

Gazeta do Paraná - Página 3

Sábado, 31 de março de 2001.

Sebastião Nery

“Mais dois escândalos

Cheguei aqui para lançar meu livro “Grandes Pecados da Imprensa”, já na 3ª edição, em um debate, na Universidade Tuiuti, com professores e estudantes das escolas de jornalismo de Curitiba e encontrei o governador Jaime Lerner enrolado até o pescoço em mais dois escândalos.

- REELEIÇÃO - Manchete de “O Estado do Paraná” (do ex-governador Paulo Pimentel, que deve disputar o Senado pelo PMDB); “Rombo em Maringá chega a R\$219 milhões”.

O prefeito de Maringá aliado de Jaime Lerner, deu um rombo na prefeitura, em 98, para financiar as campanhas da reeleição de Lerner e as dele. Foi tanto dinheiro que a Polícia Federal fez um inquérito, o Ministério Público abriu um processo e o secretário da Fazenda, preso até hoje, abriu o jogo e confessou que o roubo do rombo não era para ele, mas para as campanhas.

Maringá pôs para correr a turma de Lerner, elegeu prefeito o candidato do PT (Pereira Neto), que aprofundou as investigações, já apurou os R\$219 milhões e a lama subiu as escadas do Palácio Iguaçu e chegou até o queixo de Jaime Lerner.

No ano passado, tinha acontecido a mesma coisa em Londrina. O prefeito Antonio Belinati, aliado de Lerner, marido da vice-governadora de Lerner, foi expulso da Prefeitura por roubo (empichado pela Câmara Municipal e condenado pela Justiça). O dinheiro também tinha sido usado para financiar as campanhas da reeleição de Lerner e Belinati.

- A Copel - É outro escândalo, que está em todas as manchetes. Lerner está comprando deputados na Assembléia (como Fernando Henrique compra no Congresso) para aprovar a venda da Copel (Companhia Paranaense de Eletricidade). Como o cerco da polícia e da justiça nas generosas prefeituras de Curitiba, Londrina e Maringá estancou o roubo lá, Lerner está desesperado para vender a Copel, afim de fazer caixa para sua eleição de senador em 2002.

Virou batalha campal. É bela aqui a reação, inclusive de aliados dele, ao golpe da Copel. Manchete do “Estado”: “Ultimato de Lerner, Tiro pela Culatra”.

Folha de Londrina / Folha do Paraná
Terça-feira, 3 de abril de 2001.
Cláudio Humberto

Ajuda extra

O prefeito de Curitiba Cássio Taniguchi, esqueceu as desavenças com o governador Jaime Lerner e até como o ex-ministro Rafael Greca, seu rival na disputa pelo governo do Paraná (que lhe fez o apelo), e cumpriu a tarefa de aliciar quatro deputados governistas para apoiar a privatização da Copel - estatal de energia que lucrou meio bilhão de reais, em 2.000.

REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, registro de votos de congratulações ao vereador Wilson Aparecido Xavier pela sua posse na presidência da Avempar - Associação dos Vereadores do Médio Parapanema, verificada no último 31 de março, em Arapongas.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Arapongas, Praça Doutor Júlio Junqueira, nº 88 - 9º andar, caixa postal nº 200, CEP 86701-160 - Arapongas/PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar o vereador Wilson Aparecido Xavier, pela posse na presidência da Avempar - Associação dos Vereadores do Médio Parapanema, ocorrida no dia 31 de março passado no município de Arapongas.

A sua recondução para exercer, pela terceira vez, a presidência da Avempar é resultado do reconhecimento pelo seu sério trabalho em valorizar, principalmente, a instituição democrática representada pelo legislativo municipal. Sua conduta na direção da referida associação sempre foi marcada pela preocupação em conscientizar os vereadores de sua nobre missão como legítimos representantes e defensores dos reais interesses da sociedade. Uma das características de sua gestão é, também a valorização do relacionamento humano, o ambiente de amizade e parceria entre os vereadores.

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, seja consignado de votos de congratulações e aplausos a Instituição Adventista Sul Brasileira de

Educação e Assistência Social pela conquista, dentre mais de 300 entidades beneficentes de todo País, do prêmio Bem Eficiente de filantropia concedido pela empresa brasileira de consultoria Kanitz & Associados devido aos seus relevantes serviços prestados a sociedade nas áreas de saúde e educação.

Termos em que pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de congratulações justifica-se não somente em função da qualidade dos serviços prestados por esta instituição às comunidades carentes do Paraná, mas sobretudo porque seus coordenadores entenderam, ao pensar este projeto, a fundamental importância de se eleger o binômio saúde-educação como centrais na busca da melhoria da vida de nosso povo.

Milhares de crianças e pessoas carentes atendidas (são mais de 70 mil somente no Paraná), ofertas de cursos de qualificação profissional, entre outros, dão por merecida esta premiação.

Ganha a Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação Assistência Social, ganha a comunidade carente do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 743

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao senhor José Roberto Mazzarella, alusivos a sua profícua gestão frente a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Medianeira no ano de 2000.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida José Callegari, 700, CEP 85884-000, Medianeira - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 744

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao senhor Adilso Antônio Prigol, alusivos a sua posse como novo presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Medianeira para o ano de 2001, que ocorreu no último dia 31 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida José Callegari, 700, CEP 85884-000, Medianeira - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 745

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações a prefeitura municipal de Ouro Verde do Oeste - PR, alusivos a realização da XVII Festa do Peão Boiadeiro, que ocorrerá de 05 a 08 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Carlos Franco de Souza e ao presidente da Comissão Central Organizadora senhor Mansueto Dal Pozzo, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Curitiba, 657, CEP 85933-000, Ouro Verde do Oeste - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 763

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Visão, pelo lançamento de seu primeiro número.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Está nascendo no Paraná mais um Jornal - o Jornal Visão. Com circulação em Curitiba, região Metropolitana e abrangendo as Secretarias de Estado do Governo Estadual, o veículo de comunicação começou a circular em março de 2001.

Com sede no município de Campo Magro (Região Metropolitana de Curitiba), o jornal traz em suas páginas um vasto material de interesse das comunidades que abrange. De política a serviços, de cultura a utilidade em geral, o Jornal Visão traz uma visão clara de acontecimentos e assuntos, com clareza de opinião e qualidade jornalística.

O mais novo veículo de comunicação tem tudo para se firmar como respeitado e destacado dentro do nosso Estado, já que conta com uma equipe de primeira linha para a preparação do jornal.

Pelo lançamento de seu primeiro número, receba o Jornal Visão (Rua das Violetas, 53 - Bairro Boa Vista I - Campo Magro/PR) votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 764

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, o envio de votos de congratulações ao Restaurante Madalosso, pela comemoração de seus 31 anos.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Restaurante Madalosso está completando 31 anos de sua fundação. Fundado em 1970, é o segundo maior restaurante do mundo (o maior é o Royal Dragon de Bangcoc).

Fundado pela família Madalosso é um dos pontos de encontro da família curitibana, além de ser ponto de parada obrigatória dos turistas que visitam a nossa capital. Atualmente possui 168 funcionários e tem capacidade para atender 4.600 pessoas, servindo a tradicional comida italiana, além do vinho da colônia.

Localizado em Santa Felicidade (bairro italiano de Curitiba) o restaurante Madalosso começou atendendo cerca de 26 pessoas. Em 2 de fevereiro de 1970 foi inaugurado o novo Madalosso com capacidade para 500 pessoas. Aos domingos, o restaurante chega a atender 3000 pessoas e em dias de semana atende entre 600 e 700 pessoas.

Nestes 31 anos o Madalosso tem muitas histórias para contar. São histórias que envolvem o dia-a-dia de trabalho e dedicação dos que ajudaram a construir a própria história do restaurante. Os curitibanos têm nele um velho conhecido - um membro de sua família, sempre tradicional e simpático como um bom italiano.

Ao restaurante Madalosso (Avenida Ribas, 5852 - Santa Felicidade - Curitiba), pela comemoração de seus 31 anos, através de seus proprietários - senhora Flora Madalosso, senhor Carlos Madalosso e senhor Severino Madalosso, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação dos Municípios do Paraná, pela posse e sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Tomou posse a nova diretoria da Associação dos Municípios do Paraná, para o biênio 2001/2003, que ficou assim constituída:

- Presidente: Joarez Lima Henrichs
- 1º vice-presidente: Same Saab
- 2º vice-presidente: José Manoel de Campos Silva
- 3º vice-presidente: José Aparecido Bisca
- 1º secretário: Valdinei José Peloi
- 2º secretário: Arnaldo Ferreira Sucupira
- 1º tesoureiro: Maria Aparecida Zago Udenal
- 2º tesoureiro: Eleomil Altivo Fuzeti
- Diretor de relações públicas: Benedito Antonio da Silveira

Conselho Fiscal:

- Alvarino Faccin
- Fiori Antonio Tesaro

- Gerson Zanusso
- Janilson Marcos Donasan
- José Antonio Otoni da Fonseca
- Luiz Carlos Guimarães
- Atilio Pianaro Angelo
- Elcio Berti
- Euclides Saqueti
- Dirceu Mezzaroba
- Conselhos Permanentes:
- Educação - Luiz Yoshio Suzuke
- Saúde - Ivens Simão
- Desenvolvimento Urbano - Vicente Solda
- Meio Ambiente - Arlei Hernandez de Biazzi
- Agricultura - Vilmar Cordasso
- Procuradores Jurídicos - Clério Benildo Back
- Contab. Pública e Finanças - Jonas Eraldo de

Lima

- Desenvolvimento Econômico - Paulo Alberto Kroneis.

À toda a nova diretoria eleita da AMP (Praça Osório, 400 - Ed. Wawel- conj. 401 - Curitiba/PR) com desejo de muito sucesso à frente desta nova gestão, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 723

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Martins de Oliveira, com votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Hipólito Martins, do município de Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Hipólito Martins, deixou consternada toda população de Pinhão.

Há muitos anos residindo no município, ex-vice-prefeito, fundador do extinto MDB e depois filiado ao PMDB, sempre teve presença marcante no partido, sendo presidente por várias gestões. Pai exemplar, deixará em todos um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos familiares, deixa também como legado uma vida de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Hipólito Martins, soube em vida cultivar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua grande família, que nesse momento ressaente-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 724

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente à autoridade nominada na súmula, solicitando estudos para determinar o acréscimo de pagamento de taxa de insalubridade aos funcionários das praças arrecadoras de pedágio das rodovias privatizadas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários das praças de pedágio nas rodovias do anel de integração, sobretudo os denominados arrecadores, permanecem todo o turno de trabalho em espaço comprovadamente envenenado pela emissão de gases tóxicos pelos veículos que ali permanecem durante o tempo de pagamento de pedágio.

A Consolidação das Leis do Trabalho, estabelece obrigatoriedade de adicional pecuniário ao trabalhador cuja saúde seja exposta a risco ou comprometimento, daí a razão da nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 725

O deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de ofícios às autoridades nominadas na Súmula, sugerindo a transferência da responsabilidade de recuperação da malha rodoviária estadual, para as empresas concessionárias do anel rodoviário.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A maior parte da população paranaense ainda se mostra indignada com a implantação de praças de pedágio em dezenas de percursos de nossas rodovias, resultante da concessão oferecida pelo governo do Estado, em troca de manutenção e de melhorias.

Os usuários mostram justa inconformação com os preços cobrados questionando as poucas transformações havidas.

O documento em tela sugere ao governo do Estado, estudos para dividir proporcionalmente o restante da malha rodoviária, que se encontra totalmente deteriorada e intransitável e atribuir as tarefas de recuperação às empresas aquinhoadas com a concessão de exploração do chamado anel rodoviário.

REQUERIMENTO Nº 726

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor doutor Ingo Henrique Hubert, secretário de

Estado da Fazenda, no sentido de autorizar o setor competente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, manter em funcionamento o escritório de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A maior ou menor intensidade do parque industrial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Só os povos civilizados possuem indústria. Só os povos que possuem indústria própria, se podem considerar economicamente independentes.

Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza, permanecerão eternos caudários dos municípios mais industrializados.

Eis porque muito são de louvar aqueles que se propõem a dotar sua cidade de novas indústrias, de novas casa de comércio ou em qualquer ramo que desejarem.

Sejam elas, das indústrias extrativas, agrícolas, comerciais, manufaturadas ou e transportes, todas elas têm seu lugar de destaque na economia política como criadoras ou como distribuidoras de riquezas.

Uma população eminentemente trabalhadora, progressista como a do município de Clevelândia, com seu comércio, suas indústrias, com sua grandeza na agropecuária em franco desenvolvimento, não merecem em hipótese alguma, privarem-se do funcionamento do escritório da Copel.

Por estas razões, estamos certos que o Excelentíssimo senhor doutor Ingo Henrique Hübert, secretário de Estado da Fazenda determinará que seja mantido o escritório da Copel em funcionamento na cidade de Clevelândia.

REQUERIMENTO Nº 729

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e atendendo a reivindicação da Câmara Municipal de Icaraíma, REQUER à Mesa, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo secretário de Estado da Secretaria dos Transportes, deputado Nelson Justus, solicitando a recuperação urgente da rodovia PR-082, trecho Icaraíma/Umuarama, que se encontra totalmente danificada, causando além de prejuízos materiais, risco a integridade física da população que por ali transita.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 730

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de proceder a denominação das ruas do bairro Guaraituba, proximidades da Rua Pastor Adolfo Hildermann, para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos possa

implantar o serviço de distribuição de correspondências domiciliares, conforme OF/GABDR/PR-0024/2001, em anexo. Pede-se urgência no atendimento do presente, a fim de que os moradores do referido bairro sejam beneficiadas com tal serviço de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 733

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o senhor Ingo Hübert, digníssimo secretário de Estado da Fazenda, e ao Ilustríssimo senhor João Manoel Delgado Lucena, mui digno diretor da Coordenadoria da Receita do Estado, solicitando a permanência em funcionamento da Agência de Rendas do município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Formularmos o presente requerimento no intuito de que o governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, não proceda o fechamento da Agência de Rendas do município de São Miguel do Iguaçu. Temos recebido veementes apelos da administração municipal, bem como da comunidade local, para que gestionemos nesse sentido junto ao Poder Executivo, uma vez que o encerramento de suas atividades em muito prejudicará os empresários que necessitam dos serviços prestados por aquela coletoria.

Serão pelo menos 20 quilômetros que percorrerão até a cidade mais próxima para obterem um atendimento que pode muito bem ser proporcionado no centro daquela cidade, com mais agilidade e conforto. A arrecadação do município é uma das maiores do oeste do Estado, que tem um potencial agrícola invejável, cuja grandeza da sua economia pode ser comprovada pela movimentação bancária, razão pela qual entendemos que aquela unidade fazendária deva continuar ativa, beneficiando assim sobremaneira aquela sociedade.

REQUERIMENTO Nº 734

Senhor Presidente.

O deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de executar serviços de cascalhamento e limpeza das margens da estrada que liga os Distritos de Bourbonia a Paraíso do Sul, bem como da estrada que liga Barbosa Ferraz a Iretama.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do município de Barbosa Ferraz, que requer o

cascalhamento e limpeza das margens da estrada que liga os Distrito de Bourbonia a Paraíso do Sul, bem como da estrada que liga Barbosa Ferraz a Iretama.

Justifica-se esta solicitação, visando a segurança das pessoas que ali trafegam, pois melhora em muito a visibilidade, como também é por medida preventiva contra acidentes de trânsito.

REQUERIMENTO Nº 739

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Ingo Henrique Hübert, secretário de Estado da Fazenda, solicitando manifestação favorável do governo do Estado a proposta de isenção do ICMS para a classe dos taxistas, solicitada pela Confederação Nacional dos Transportes - CNT, na Reunião Nacional da Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - Cotepe/ICMS, a ser realizada no próximo dia 06 do corrente mês.

A classe dos taxistas tem a necessidade urgente de renovar a frota de veículos e não dispõe de condições financeiras para arcar com a totalidade dos custos, devido a grande dificuldade enfrentada por este importante segmento da nossa sociedade.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 740

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Ingo Henrique Hübert, secretário de Estado da Fazenda, solicitando providências cabíveis junto a Receita Federal, no sentido de manter o funcionamento da Agência de Rendas (Coletoria) no município de São Miguel do Iguaçu.

A preocupação deste parlamentar é que se ocorrer o indesejado fechamento, os munícipes de São Miguel do Iguaçu terão que se deslocar às cidades vizinhas para resolver situações inerentes ao Fisco do Estado, causando enorme prejuízo à comunidade local.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 742

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao superintendente regional do DER nos Campos Gerais, Jair Roberto Romanini, solicitando a melhoria da transitabilidade no trevo de acesso ao aeroporto de Ponta Grossa.

Este local apresenta risco de acidente aos veículos que ali trafegam, pela dificuldade de visibilidade, tanto de entrada como de saída do trevo.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 746

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Umuarama, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Fernando Scanavaca, prefeito municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130) e ao vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 747

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Rondon, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios fami-

liares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor José Augusto Mossambani, prefeito municipal (Praça Marechal Rondon, 337) e ao vereador Anivaldo Cucco, presidente da Câmara Municipal (Rua Grécia, 65) CEP 87800-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 748

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Pérola, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a senhora Ana Luzevilde B. de Souza, prefeita municipal (Rua do Rosário, 202) e ao vereador Lindolfo Bazoti Filho, (Av. D. Pérola Biyngton, s/n) CEP 87540-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Ivaté, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a

Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a senhora Carmelita Sgaravato Ribeiro, prefeita municipal (Av. Minas Gerais, 2294) e ao vereador Valdecir Prevital, (Av. Rio de Janeiro, 2572) CEP 87519-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 750

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Iporã, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a senhora Maria Aparecida Zago Udenal, prefeita municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677) e ao vereador Sérgio Valentin Vacari, (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP 87560-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 751

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Icaraíma, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Paulo Vales Zampieri, prefeito municipal (Rua Hermes Visoto, 810) e ao vereador Jospé Pedro da Silva, (Rua Hermes Visoto, 810) CEP 87530-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 752

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Guaporema, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Gilberto Cartilhione, prefeito municipal (Prefeitura Municipal de Guaporema) CEP 87810-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 753

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Francisco Alves, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Nelson dos Santos Pereira, prefeito municipal (Rua Irmãos Vilas Boas, s/n) e ao vereador Liomar Rosa dos Santos, presidente da Câmara Municipal (Rua J. Ferreira, s/n) CEP 87570-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Esperança Nova, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios fami-

liares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Tarciso Sales Medeiros Maia, prefeito municipal (Rua Duque de Caxias, 400) e ao vereador Claudemir Barbieri, presidente da Câmara Municipal (Rua Duque de Caxias, 401) CEP 87545-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 755

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Douradina, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor José Gonçalves da Silva, prefeito municipal (Av. Rio Branco, 470) e ao vereador José Donizeth Martin, presidente da Câmara Municipal (Av. Rio Branco, 320) CEP 87485-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 756

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Alto Piquiri, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a

Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Valter Richter, prefeito municipal (Rua Santos Dumont, 315) e a vereadora Maria Ines Silva Gomes, presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317) CEP 87580-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 757

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Altônia, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Amarildo Ribeiro Novato, prefeito municipal (Rua Rui Barbosa, 8150) e ao vereador Pedro Nunes da Mata, presidente da Câmara Municipal (Rua Getúlio Vargas, 82) CEP 87550-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 758

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Tapejara, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Kazuhiro Tominaga, prefeito municipal (Av. Presidente Tancredo Neves, 442) CEP 87430-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 760

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Umuarama, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Luiz Lázaro Sorvos, prefeito municipal (Rua Ludovico Pradela, 265) e ao vereador João Griffó, (Rua Mato Grosso, 700) CEP 87490-000 - Nova Olímpia-PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 761

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de São Jorge do Patrocínio, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Aparecido Faleiro de Souza, prefeito municipal (Rua Marechal Rondon, 164) e ao vereador Elcio Alves Nogueira, presidente da Câmara Municipal CEP 87555-000 - São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 762

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Mui Digno secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, solicitando a inclusão do município de Indianópolis, no programa Banco Social, desenvolvido em parceria com a Sefa, Sert, Agência de Fomento do Paraná S/A e o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

A proposta em questão pretende garantir crédito facilitado a microempresários, formais e informais, que têm dificuldades de acesso às linhas tradicionais de financiamento, bem como, multiplicar as oportunidades de trabalho no município.

De acordo com o programa do Banco Social, os artesãos, prestadores de serviços, os micronegócios familiares, agroindústrias artesanais familiares, os autônomos, as macroempresas formais, associações ou cooperativas poderão tomar empréstimos a custos bem menores que os de mercado, sem correção monetária e sem taxa de administração, motivo pelo qual reivindicamos a inclusão do município neste programa de tão importante alcance social.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor José L. Binder, prefeito municipal (Prefeitura Municipal) CEP 87810-000.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 773

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o doutor Plenário, o envio de expediente ao presidente da empresa Telepar Brasil Telecom S/A, Juan Ramon Aviles, solicitando a abertura dos postos de atendimento ao público que foram fechados em todo o Estado do Paraná, pelos motivos apontados na justificativa em anexo a este requerimento.

O endereço da Telepar Brasil Telecom S/A é a Travessa Teixeira de Freitas, 75 - bairro Mercês, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) DUÍLIO GENARI, ANTONIO BARATTER, GERALDO CARTÁRIO, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CESAR SELEME, ALGACI TULIO, NELSON GARCIA, RENATO GAUCHO, NELSON TURECK E SERAFINA CARRILHO.

JUSTIFICATIVA:

A empresa Telepar Brasil Telecom, concessionária do serviço de telefonia fixa comutada fechou no ano passado todas os postos de atendimento ao público que existia no Estado do Paraná.

Este ato gerou grande revolta na população, pois a Telepar Brasil Telecom, contrariando a norma legal, não disponibilizou nenhum outro espaço de atendimento pessoal para que os clientes façam suas reclamações referentes aos serviços prestados por esta empresa.

Atualmente o único meio de comunicação entre a empresa e os seus consumidores é o telefone 104, onde o atendimento é impessoal e a demora é excessiva, gerando vários protestos dos clientes que não conseguem, resolver seus mais simples pleitos.

No Paraná são mais de 2 milhões de clientes da Telepar que utilizam o serviço de telefonia fixa. Os procons e outros órgãos de defesa do cidadão informam que a campeã de reclamações são as concessionárias de telefonia, incluindo a Telepar Brasil Telecom, entretanto, esta empresa simplesmente ignora estes números e também os reclamantes.

Além do Código de Defesa do Consumidor, artigo 6º, X e 22, colocamos abaixo as normas infringidas pela empresa Telepar Brasil Telecom S/A neste caso específico:

O artigo 32, do capítulo X, da Resolução nº 30 da Anatel prevê o seguinte:

“Art. 32 - Toda localidade com serviço telefônico fixo comutado com acessos individuais deverá ser dotada, pela prestadora do serviço, de atendimento público que permita ao usuário efetuar qualquer interação relativa à prestação de serviço”.

Estabeleci, ainda, o artigo 33, do capítulo X, da Resolução nº 30 da Anatel:

“Art. 33 - O usuário, ao comparecer a qualquer setor de atendimento público da prestadora do serviço, deverá ser atendido em até 10 minutos, em 95% dos casos”.

Também dispõe o artigo 34, do capítulo X, da Resolução nº 30 da Anatel:

“Art. 34 - Pedidos verbais de informação recebidos por empregado da prestadora do serviço, em setor de atendimento público, e que não possam ser respondidos de imediato, deverão ser respondido em até um dia útil, em 95% dos casos”.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres Pares, para que seja enviado expediente a empresa Telepar Brasil Telecom, solicitando a abertura dos Postos de Atendimento ao Consumidor.

REQUERIMENTO Nº 769

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o doutor Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Alcení Guerra, Chefe da Casa Civil, solicitando informações sobre os valores repassados ao projeto do governo estadual “Comboio Cultural” pela Copel - Companhia Paranaense de Energia, uma das empresas patrocinadoras do projeto.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A bem do interesse público, cabe a nós, deputados estaduais, solicitar as informações pertinentes aos patrocinios que a Copel - Companhia Paranaense de Energia - realiza, visto que o governo estadual já deu início ao processo de privatização da empresa e precisamos estar a par de todos os detalhes que envolvem esta operação.

Portanto, solicito mais esta informação para que possamos, juntamente com outros dados, realizar todos os estudos necessários.

REQUERIMENTO Nº 736

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, explicações ao Excelentíssimo senhor

secretário de Estado da Fazenda e diretor-presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Ingo Hübert, sobre o trecho abaixo transcrito da entrevista dada na rádio CBN - Curitiba, no dia 02.03.2001, referente a posição contrária dos deputados, inclusive governistas, a privatização da Copel.

Apresentador:

“Por que os deputados, inclusive os deputados governistas estão se posicionando de forma contrária?”

Ingo Hübert:

“Porque rende, né. Porque é uma questão que... ela cria realmente um momento político muito importante e... evidentemente, as pessoas que tem interesses políticos elas costumam usar estes temas momentosos para os interesses quaisquer que sejam”

1 - O que o senhor secretário quis dizer com “porque rende”. renda o quê? E para quem?

2 - Exemplificar quais são os “interesses quaisquer” que motivam o posicionamento contrário dos deputados a privatização da Copel?.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 766

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos anais desta Casa, o artigo publicado na Gazeta do Povo do dia 03 de abril de 2001, intitulado Maior Presença Militar na Amazônia, de autoria do senhor Léo de Almeida Neves, suplente de senador pelo Paraná, ex-deputado federal e ex-diretor da CREA do Banco do Brasil.

Por conter informações importantes, o artigo faz por merecer sua inclusão na história desta Assembléia.

sala das sessões, em 03.04.2001.

(a) CESAR SELEME

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 105/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado, isentar, a publicação no Diário Oficial do Estado, dos Estatutos ou alterações destes, das Entidades consideradas filantrópicas e sejam declaradas de Utilidade Pública pelo Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O homem possui inato o sentimento de filantropia.

Ante às forças imensas da natureza, ante os mistérios insondáveis da criação, seu espírito se curva reverente e submisso a procura de uma entidade filantrópica.

Um ente superior se impõe, então à sua inteligência. Esse ente que ele sente palpar no seu próprio eu, é Deus.

Curva-se diante desse ser todo-poderoso e presta-lhe a sua homenagem de criatura ao Criador. Esse ato de submissão essa confissão de humanidade e dependência é na sua essência o que se denomina de filantropia.

Do verbo latino “*religiare*”, unir a filantropia é o meio de o homem entrar em contato com Deus, daí nascendo as relações que caracterizam o comportamento do ente criado para com o Ser Criador.

A história da humanidade é a história da própria filantropia. Em todos os tempos o homem renunciou o seu Supremo.

Uma irmã de caridade que se consome piedosamente à filantropia no serviço dos doentes, um missionários que se embrenha pelas matas ínvias a procura de doentes para o tratamento e para a evangelização, só o fazem porque compreendem que a filantropia que acreditam é o caminho que os levará seguramente a Deus.

Existem no Estado do Paraná, centenas ou milhares de entidades eminentemente “Filantrópicas” sem fins lucrativos. A estas, é que pretendemos, com este projeto de lei, com um pequeno mas valioso lenitivo, isentá-la da taxa de publicação no Diário Oficial do Estado, dos seus estatutos ou mesmo das alterações destes.

Aguardamos humildemente a aprovação unânime dos Excelentíssimos senhores deputados e posteriormente a sanção pelo Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner.

PROJETO DE LEI Nº 106/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Faça uma Criança Feliz, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Faça uma Criança Feliz mantém uma creche no Conjunto Farid Libos, na cidade de Londrina, atendendo 53 crianças e com fila de espera de 153 crianças.

A creche funciona em prédio com 90m2, distribuídos em duas salas, dois banheiros, um refeitório e uma cozinha pequenos.

A presidente da Associação, Valdete Cardia, diz que as creches dos Conjuntos Novo Amparo e José Beli-

nati, bairros próximos ao Farid Libos, também estão lotadas. “As mães não encontram vagas nas outras creches e vêm procurar a Associação Faça uma Criança Feliz. Porém, a creche não tem mais como abrigar mais crianças.

A Criança Feliz é mantida com uma verba mensal de R\$2 mil que recebe da Prefeitura, que é utilizada no pagamento das contas de água, luz, telefone, alimentos, salários de quatro funcionários e encargos sociais. Geralmente essa quantia não é suficiente e a Associação promove rifas e bingos para captar recursos que possibilitem a manutenção da creche.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente e senhores deputados, uso mais uma vez a tribuna desta Casa para fazer uma reivindicação antiga da nossa região Centro-Oeste do Estado do Paraná, e falar aqui hoje, da reivindicação de agricultores, comerciantes, empresários, prefeitos, vereadores e de dois deputados que representam aquele município, na região central, o deputado Nelson Tureck, que usa da palavra e o deputado Miltinho Pupio.

Uma obra importante para a nossa região, que é a estrada, a PR-462, uma estrada iniciada há quase 20 anos atrás, feito 15 Km de asfalto, parado no município de Barbosa Ferraz, no distrito de Tereza Breda. Uma estrada que vem de Barbosa a Iretama, Plauto Miró, e nós temos nesta área um dos maiores pólos turísticos do Estado do Paraná, que são as Termas de Jurema, um orgulho para nós, que somos da região de Campo Mourão, que representamos a região Centro-Oeste, a Concan, juntamente com os municípios de Iretama e Barbosa Ferraz, onde o Nelson Tureck e Miltinho Pupio tem o mando político. E tanto um como outro já fizeram esta reivindicação quando o secretário dos transportes era o Heinz Herwig. E nós até hoje estamos aguardando e usando hoje desta tribuna, mais uma vez, para pedir que o nosso secretário de Transportes, o deputado que representa também esta Casa o deputado Nelson Justus. Plauto Miró! Porque não é possível!

Uma estrada importante como é a PR-462, um pólo turístico, um orgulho do Paraná, que são as Termas de Jurema. Vejam bem, quem vem da região de Maringá não pode passar por Quinta do Sol, Barbosa Ferraz e ir até as Termas, que fica a apenas 60Km. Tem que fazer uma volta de 180Km para chegar a este hotel, a este pólo turístico, que é sem sombra de dúvida, um orgulho para todos nós, um orgulho para os paranaenses, porque aqui vêm pessoas do Brasil e pessoas do Exterior para passar o final de semana com sua família e ver, ali, a riqueza que é produzida pela nossa natureza.

Portanto, senhor presidente e senhores deputados, é mais uma obra que necessita urgentemente da conclusão, porque faltam apenas 25Km.

É este o registro que tenho que deixar aqui hoje, nesta Casa, porque não é um pedido do deputado Nelson Tureck, é um pedido do povo da região da Concan, Centro-Oeste do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhores deputados.

Nós estamos participando, nesta legislatura, de inúmeras denúncias de corrupção, denúncia de desvio de recursos públicos, pedidos de instalação de CPI's, pedidos de instalação de comissões especiais de investigação, enfim, temos visto acontecer algo que não acontecia em outras épocas.

E agora, recentemente, o mundo político brasileiro é chacoalhado, sofre um processo - como poderiam dizer alguns membros da base aliada do presidente da República, o risco da ingovernabilidade a nível de governo federal em função do pedido de instalação de uma CPI para apuração da corrupção no País.

Tanto é verdadeira essa questão que sacudiu o governo federal, que houveram liberações de verbas, alguns parlamentares que já haviam assinado acabaram retirando as assinaturas. E o presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, numa ação até de esvaziar esse momento político nacional, cria uma Procuradoria Especial para apuração da corrupção, com pompas, com mídia, com televisão tentando de alguma forma dizer que está preocupado com o processo de corrupção que existe a nível de governo federal.

Mas faço estas considerações aqui para fazer uma colocação a todos, da tribuna desta Casa, porque é importante que esta Casa se pronuncie a respeito. Sabemos quando existe a vontade ou a disposição na instalação de uma CPI ou mesmo de uma comissão especial de investigação a nível de governo do Estado, e muitas outras influências acontecem. Lembro na semana que passou do requerimento da deputada Luciana, que solicitava apoio para a instalação da CPI da Corrupção. Ao requerimento que foi pedido adiamento e a deputada dizia que voltaria nesta semana com ele. Agora, o que tem que ficar claro, senhores deputados, é que dois representantes do Estado estão inviabilizando a CPI da Corrupção à nível federal. Faltam duas assinaturas no Senado para que seja criada e posteriormente instalada a CPI da Corrupção. E olha, quero dizer aos senhores: eu fui um dos que foi atacado, poderia dizer assim ano passado, injustamente, quando estes dois senadores diziam, no processo eleitoral, que eu não havia assinado a CPI do Narcotráfico, que eu era contra a CPI, quando todos os senhores sabem que fui relator

da Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico. Um relator que todos os senhores tomaram conhecimento. E, no relatório, recomendava a instalação da....

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Fernando Ribas Carli, se Vossa Excelência for se estender um pouquinho mais, poderia usar o horário do seu Partido.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Pois não, usarei.

Muito obrigado.

Vejam os senhores, naquele relatório eu recomendava a instalação da CPI do Narcotráfico, continuei sendo membro dessa CPI e fui acusado, fui pichado de que era contra, de que não havia assinado.

Então, venho a esta tribuna para fazer esta colocação, e quem faz estas afirmações não é o deputado Fernando Ribas Carli, é o Brasil através da imprensa que coloca muito claro que faltam duas assinaturas. Tenho em mãos a Folha de Londrina de domingo, que traz um relato a respeito da CPI da Corrupção e da falta de assinatura desses dois senadores. Mas tenho em mãos também notícias que deverão ser veiculadas no dia de amanhã nos jornais de entrevistas que foram concedidas hoje a veículos de imprensa onde o senador José Eduardo Dutra, líder do PT no Senado está à procura dessas assinaturas e nessas entrevistas ele diz que existe a promessa, mas que não se assina. Diz aqui na notícia que o senador Amir Lando deverá assinar hoje a CPI da Corrupção e fica faltando uma assinatura.

Então eu pergunto: cadê os nossos, tem dois senadores do Paraná, tendo em vista que o outro senador já assinou? Eu gostaria de saber dos outros. Por que esses dois outros senadores, nobres senadores, são especialistas em cobrar aqui no Paraná a postura daquelas pessoas que têm cargo público, dos representantes do povo?

Então, é o meu questionamento, a minha pergunta, vale lá o que vale aqui, ou não vale lá o que vale aqui? Existem dois pesos e duas medidas? Por que isto?

Então, eu queria fazer da tribuna desta Casa este alerta, porque nós devemos levar ao conhecimento de todo o povo do Paraná, porque não são todas as pessoas que têm acesso aos veículos de imprensa: nós sabemos que não são muitas as pessoas que têm o hábito de acompanhar as notícias pelo jornal, principalmente pelos veículos de imprensa que dão um destaque especial a estas questões.

Quero dizer aos senhores que estou aguardando a assinatura dos dois senadores, porque, digo e repito, esses dois senadores são useiros e vezeiros em cobrar aqui no Paraná dos parlamentares uma atuação forte, precisa.

Vejam só, eu não estou falando na questão partidária. Isso é uma outra questão. Partido tem a sua conduta, tem o seu código, tem a sua postura. Estou dizendo a respeito da postura dos senadores.

O Sr. Moysés Leônidas

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Carli, quero cumprimentá-la por trazer este tema aqui, porque na verdade eu também estranhei que os dois senadores não tenham assinado essa CPI da Corrupção e estranhei também o presidente da República fazer, criar uma nova criatura para policiar ele mesmo, com a nomeação de uma ex-promotora ligada à Procuradoria da própria União para fazer este tipo de trabalho, porque é uma forma inclusive de maquiagem e esconder o problema para a Nação e acho que os senadores do Paraná e a campanha do ano que vem a gente vai deixar e vai sentir muito claro isto aí, precisam ser mais cobrados.

Vi, por exemplo, na abertura da exposição agora em Londrina, que a presença do Osmar Dias para aquele meio agrícola lá foi muito mais alvissareiro, foi recebido muito melhor do que o senador Álvaro Dias, porque cada um tem um setor para se colocar.

Agora, quando se trata de apurar corrupção, acho que tem que ser feito e tem que ser exigido, porque quando um deputado aqui é criticado porque assinou, porque não assinou, nós temos um colegiado maior na nossa Casa representando as regiões. Agora nós só temos três senadores. Quando dos três senadores do Estado, dois não assinam, então realmente fica um estado precário a nossa posição de representatividade junto ao senado federal, o Paraná fica, no mínimo sem uma perna e sem um braço, nessa questão da corrupção da União.

O Sr. José Maria Ferreira

Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ribas Carli, respeitando as suas colocações - o governo foi transparente nessa questão. Todas as denúncias trazidas pelo Antônio Carlos Magalhães ou por quem quer que seja, abriram-se os inquéritos e foram em cima. Como é que Vossa Excelência quer que o governo apóie uma CPI que trata desde o Banpará, que está lá há dezesseis anos até os fatos atuais? O que o governo e o que a Oposição lá, aqueles que clamam pela CPI da Corrupção que querem fazer o palanque das próximas eleições de 2.002, onde não conseguiram identificar sequer um objeto único e específico, para criar a CPI da Corrupção no Congresso Nacional.

É diferente no nosso caso. Pedimos uma criação de uma comissão, para criar a questão do Banco do Estado do Paraná, do Pedágio, dos Jogos Mundiais da Natureza, das questões da Secretaria do Meio Ambiente. Não foi genérico e Vossa Excelência sabe, que se tivesse apresentado uma questão objetiva lá, tanto o Osmar, como o Álvaro assinariam, mas nesse caso - genérico -, tratando desde o Banco do Pará, ainda do Jader Barbalho, quando era governador, até os casos recentes, acusados ou incluindo aí o Relatório Cayman - que foi - talvez o presidente de um partido que produziu, pagando um milhão e

meio de dólares na corrupção, comprando o Relatório Cayman?

Ora, que veracidade, que seriedade tem quem quer produzir uma CPI dessa, para apurar? É essa a questão que o Osmar e o Álvaro não assinaram, assim como não assinaram os cinco deputados da vossa bancada: por essas razões. Porque não tem objeto. Não se cria com objetividade.

Quando nós, aqui, no Paraná e, inclusive, pelos senadores Roberto Requião, Álvaro Dias e Osmar Dias, tínhamos o objeto definido. A CPI do Tráfico era objeto definido. A CPI dos Jogos Mundiais da Natureza é objeto definido. A do pedágio, objeto definido. E a do Banestado, objeto definido.

Há uma diferença entre o que Vossa Excelência está colocando do plano nacional e até do plano que tem cobrado esses dois senadores, em relação ao Paraná.

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Quero dizer, para concluir, que o aparte do nobre deputado José Maria Ferreira vem corroborar com tudo o que eu disse. O senhor diz que aquela CPI Federal é muito ampla. E de outro lado diz: Não. Nós queríamos uma CPI pelo Banestado, pelos Jogos da Natureza, por isso e por aquilo. Mais ampla do que o senhor quer.

Eu quero lhe dizer que na sua colocação, os seus pedidos tornam-se amplos da mesma maneira.

Quero dizer que não são verdadeiras as colocações que são feitas aqui, porque acredito que temos que apurar, sim, a questão do Pará. Não é porque o senhor Jader Barbalho é presidente do senado, que não devam ser averiguados desvios de recursos de 1984 - o dinheiro continua sendo público. Eu, acompanhando as notícias, pude ver que o auditor que lá está nobre presidente, já constata que chega a 500 milhões de reais, o desvio de recursos, lá nos Recursos do Fundo da Amazônia.

Vejam só, o Lalau que foi crucificado, coitadinho do Lalau, levou só cento e sessenta: lá no Pará levaram só quinhentos milhões; e aí não querem fazer apuração. É hora de lavar a roupa. Vamos lavar a roupa, e que a verdade, a verdade que existe lá tem que existir aqui, o peso é o mesmo, não pode existir dois pesos e duas medidas.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, o senador Requião assinou a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente e senhores deputados, eu gostaria que os nossos próprios parlamentares desta Casa pres-

tassem um pouco de atenção nessas colocações que pretendo fazer aqui.

Dias atrás, senhor presidente, honrou nessa Assembleia Legislativa, com quarenta dos quarenta e um votos presentes, para ser corregedor desta Casa. E o nosso Regimento Interno determina com clareza as funções da corregedoria. E vi ontem inclusive o presidente da República, como saída política para evitar a criação de uma CPI sobre denúncias contra o governo, criar uma Corregedoria Geral com amplos, gerais e restritos poderes para avaliar todos os fatos e denúncias que digam respeito ao governo federal.

Eu sou deputado, deputado Hermas Brandão, nesta Casa, como Vossa Excelência, cinco mandatos, outros tantos aqui têm o mesmo número de mandato. Mas esta Casa nos antecede a nossa própria existência aqui. E a Assembleia Legislativa se tiver que ter uma coisa para merecer a confiança do povo do Paraná é credibilidade, credibilidade na sua direção, credibilidade nos seus departamentos, credibilidade nos seus funcionários; mas principalmente credibilidade dos seus parlamentos.

O sistema republicano e a divisão de poderes faz com que o Legislativo na composição das suas cinquenta e quatro cadeiras tenha representantes das mais variadas regiões do Paraná, dos mais variados segmentos econômicos, religiosos e qualquer outro. E eu sei que cada um de nós quer ter, senhor presidente, o conceito aí fora de virmos para cá representando com dignidade os anseios maiores do nosso Estado.

Ouvi dias atrás da tribuna, colocações do deputado Irineu Colombo e do deputado Nereu Moura. As colocações do deputado Irineu Colombo, senhor presidente, senhores deputados, estão ditas na Folha de Londrina na sexta-feira, dia 22 de março de 2001, mas na coluna do Cláudio Humberto.

Senhores deputados, o Cláudio Humberto não é um jornalista do Paraná, o Claudio Humberto escreve essa coluna para aproximadamente 400 jornais no País. Portanto, o que a Folha de Londrina estampou todos os outros jornais do Brasil que recebem a coluna do Claudio Humberto estamparam também. E olha o que ela diz: "Chantagem no Paraná, deputados da base aliada na Assembleia Legislativa do Paraná estão chantageando o governador Jaime Lerner, cada um exige cem mil, a título de repasse para os municípios de sua influência ou aprovarão o projeto do deputado Tony Garcia, que revoga uma lei de 98 autorizando o governo a vender as ações da Copel, a estatal de energia.

Na mesma sexta-feira, dia 30, na mesma coluna, ou melhor, no dia 30 de março, na mesma coluna do Cláudio Humberto, tem o título "O jogo é bruto": Jogam pesados os deputados governistas na Assembleia Legislativa do Paraná. Eles agora derrubam o veto do governador Jaime Lerner a uma lei de incentivo à cultura, que apesar de meritória é flagrantemente inconstitucional. Se Lerner não pagar o preço exigido de um milhão e meio

em alguns casos, o próximo passo é melar de vez a privatização da Copel.

Segundo Reinhold Stephanes Júnior, ex-secretário da Administração de Lerner e atual vereador em Curitiba, a estatal de energia Copel será vendida porque o Estado está inviabilizado com uma má gestão da secretaria da Fazenda.

No mesmo jornal “Gazeta do Paraná”, uma coluna também que escreve para o Brasil inteiro, o jornalista Sebastião Neri, respeitadíssimo nacionalmente pela sua coluna, diz a mesma coisa, e entre outras questões que levanta aqui, ele fala: a Copel é outro escândalo que está em todas as manchetes: Lerner está comprando deputados na Assembléia, como Fernando Henrique compra no Congresso para aprovar a venda da Copel, como cerco da política e da justiça nas generosas prefeituras de Curitiba, Londrina, Maringá estancou o roubo lá, Lerner está desesperado para vender a Copel, afim de fazer caixa para sua eleição de Senador em 2002”, não sou eu que estou dizendo, senhor presidente, senhores parlamentares, se quiserem processar alguém, processem Sebastião Néri e o Cláudio Humberto.

Tenho outra colocação aqui, senhor presidente, que será encaminhada à Mesa, num programa da CBN de Curitiba, o senhor Ingo Hübert, lá comparecendo, perguntado pelo apresentador diz o seguinte: Por que os deputados, inclusive os deputados governistas estão se posicionando de forma contrária à Copel? Responde o senhor Ingo Hübert: - porque rende, né! A questão é que ela cria realmente um momento político muito importante, e evidentemente as pessoas que têm interesses políticos, costumam usar esses temas momentosos para os interesses, quaisquer que sejam.

Isto foi degradado da fita da entrevista do presidente da Copel na CBN.

Na seqüência, senhor presidente, há uma outra colocação feita por um outro jornal da capital: dizem, no Palácio Iguaçu, que o secretário Greca quando tem recaídas ou sente coceiras, - não perguntem onde porque iremos dizer, sai aos gritos pelos corredores do Palácio dizendo que foi um grande erro o Ingo Hübert aceitar pagar um milhão de dólares para cada um dos cinco deputados que ficaram encarregados de domesticar a Bancada situacionista.

Vou parar aí a leitura porque embaixo as palavras são mais pesadas.

No jornal de hoje, dia 3 de abril, diz aliás esta aqui eu só gostaria, senhor presidente, de dizer uma coisa pesadíssima contra esta Casa, para justificar o porquê do meu pronunciamento aqui.

Falando nesse um milhão de dólares, Greca diz que esses parlamentares valem menos que o cachê de qualquer travesti da Praça Osório. Olhe bem, isto é um secretário de governo, segundo a imprensa está dizendo aqui, brabo pelo valor que foi pago, porque diz que, “o parlamentar vale menos que o cachê de um travesti da Praça Osório”.

Aqui no jornal há um desafio, é por isso que eu entro na conversa: “Afim, deputado, vale menos que o cachê de um travesti da Praça Osório?”.

Segundo quem entende do assunto, aí há um nome pejorativo, o senhor Rafael Greca.

“O parlamentar vale bem menos”. Com a palavra, o corregedor do Legislativo, deputado Caíto Quintana.

Pois bem, senhor presidente, eu não estou aqui, senhores deputados da base de Situação e de Oposição, declarando a veracidade ou não de nenhuma dessas colocações. Estou aqui, senhor presidente na condição de corregedor desta Casa para dizer a Vossa Excelência, sob pena de uma desmoralização total e absoluta da Assembléia Legislativa, da Mesa Executiva, dos 54 deputados que a compõem, que nós precisamos avançar para saber se essas acusações são verdadeiras ou falsas.

Quero deixar aqui, senhores deputados, a mesma colocação que fiz quando assumi a Corregedoria: “Não pretendo e não serei um algoz parlamentar nenhum, mas tampouco me proponho a exercer uma atividade aqui dentro que deixe na gaveta ou deixe sem resposta, afirmações contundentes e graves como essas.

Da mesma forma se isto aqui, senhores parlamentares da Situação e da Oposição não tiver elementos de provas, como corregedor desta Casa, não hesitarei nem mesmo se isso vier gerar decepção aos companheiros de Oposição de fazer um relatório dizendo que não passa de notícias falsas de jornal.

Mas, se tiver indício de veracidade nisso, tampouco hesitarei num instante em colocar os nomes e quem eventualmente esteja a barganhar dentro da Assembléia Legislativa, por benefícios ou recursos à questão de uma votação que interessa ao Estado do Paraná.

Me nego a acreditar nessas questões, mas tenho a obrigação, sob pena de não ter valido a pena merecer a confiança dos nobres pares, que nós venhamos a levantar esses dados para saber se verdadeiros forem, quem são os verdadeiros culpados, porque não pode pairar sobre a Assembléia Legislativa e todos os parlamentares que aqui estão, uma dúvida dessa natureza.

A Assembléia Legislativa não pode ser achicalhada dessa forma sem dar uma resposta positiva à opinião pública.

Com a palavra o deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Caíto, acho que até pela posição que Vossa Excelência está tendo como corregedor desta Casa, a sua postura não deveria ser outra. Até inclusive, na condição de parlamentar, que tem colocado aqui o que pensa e, às vezes, as pessoas não gostam da verdade porque a palavra dói, mas tem que ser dita sempre, doa a quem doer.

Queria dizer a Vossa Excelência que, primeiro, eu quero crer também que essas colocações não sejam verdadeiras do secretário Rafael Greca, porque na atual situação que ele está, ele não é a pessoa mais indicada hoje

para estar gritando aí nos corredores o que está falando. Está sendo inclusive processado criminalmente, pela sua passagem lá, por Brasília.

Quero crer que a hora é de falar, inclusive é o que eu estou dizendo aqui. Até com relação a essas questões de travestis e tudo e tal, quero crer que nós aqui também não deveríamos estar fazendo esse tipo de ilação, porque daí já parte para o lado pessoal.

Agora, eu queria saber porque é que o governo que não fez nenhuma investigação, porque no final, do término nosso, do ano passado, eu levantei um questionamento aqui de uma nota dada num jornal, de que um secretário do Lerner disse que estava passando cachê para levantar dinheiro para dar a deputado.

Então se Vossa Excelência não toma essa posição hoje, acho que vai ficando cada vez pior a nossa situação, porque qualquer “cabeça de bagre” fala e somos obrigados a ouvir.

Então, de minha parte, sem ser corregedor ou não, a primeira brincadeira que vier, eu vou resolver da forma que eu sei resolver, que é a questão judicial. Acho que o Parlamento tem direito de ter Situação, Oposição; todo Parlamento do mundo que se preze, tem que ter independência. A Casa tem que ser altiva, tem que ser um poder independente, sem ser extensão do Executivo. Isso aqui é uma secretaria do Executivo. Agora, o próprio governador Jaime Lerner, a quem já disse aqui, tenho pena, com o secretariado que tem, porque às vezes ele padece deste estrelismo, isto é tomar posição! Como é que ele permite que um homem de um acesso igual ao senhor Rafael Greca, que é da cozinha dele, fale um negócio dos deputados dele? É por isso que não conseguimos dar as explicações, às vezes até para a própria família. Porque o “converseiro” e a palavra fiada corre de lado a lado, uma hora é um preço, outra hora é outro preço, outra coisa é uma coisa aqui, outra coisa de lá.

Quero até fazer defesa de quem está a favor, porque tem até o direito de ser. Mas, eu por exemplo, já fui até a televisão, na minha televisão. Já recebi uma carta, dizendo que tem deputado contra que vai viajar no dia da votação! O que é pior que pegar dinheiro! Porque quem pegou dinheiro, pelo menos negociou. É abominável. Mas, aquele que faz discurso e vai viajar no dia da votação, é pior!

Quero que Vossa Excelência tome conta e ciência disso, porque aqueles que se posicionaram contra, eu não sei se é, quero crer que isso não seja verdade, mas tem deputado acertado para viajar no dia da votação, o que deixa esta Casa em condições de se “embarrear” cada vez mais, conforme está a vida pública nacional.

Obrigado.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Caíto, ouço o seu pronunciamento e entendo ser Vossa Excelência um homem cauteloso, equilibrado e prova maior disto é que 41 dos senhores parlamentares depositaram o voto para Vossa Excelência

ser o corregedor desta Casa. Inclusive com meu voto Eu acho que o assunto em pauta é de extrema preocupação.

Agora, deputado Caíto, entendo e dizia ontem, que qualquer denúncia concreta que possa macular ou comprometer a imagem de um parlamentar, seja de Bancada da Situação, quanto da Bancada de Oposição, deve ser levantada concretamente, encaminhada à Comissão de Ética. A Comissão de Ética deverá fazer a apreciação e de imediato encaminhar ao corredor, que é Vossa Excelência, para as providências cabíveis, dentro das sanções que na verdade estabelece o nosso Regimento Interno.

Agora, gostaria ainda, deputado Caíto, de fazer um pedido a todos os parlamentares, da Bancada da Situação, da Bancada do Governo, até porque o assunto em pauta é um assunto extremamente polêmico. E nós estamos, aqui, discutindo amplamente o caso Copel. E é perfeitamente natural que a Oposição estabeleça o contraditório, que a Oposição use das artimanhas, regimentais, na Casa, para tentar impedir a tramitação do projeto que revoga a lei de venda da Copel. É perfeitamente aceitável que a Oposição use o discurso político, mas sem afrontar os parlamentares da Situação, que compõem esta Casa.

Não quero aqui generalizar, e de forma alguma fazer uma agressão à imprensa estadual, nacional, porque considero a imprensa com um papel preponderante e fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Digo, por onde passo, que muitas vezes tenho muito mais medo da sociedade organizada do que da própria legislação. Porque ela é muitas vezes branda e acham-se caminhos, desvios necessários para encontrar uma outra alternativa. Agora, acho que nós, deputados equilibrados, racionais, deveríamos ter o cuidado de não ficarmos aqui fazendo pronunciamentos que possam comprometer a imagem da Casa. Porque a imprensa estadual e nacional, muitas vezes, deputado Caíto Quintana, é pautada por pronunciamentos nesta Casa. Não podemos comprometer a nossa imprensa por algumas notícias que estejam veiculadas. Temos que ter equilíbrio, responsabilidade e seriedade na condução do processo, discutirmos amplamente no contexto geral da sociedade mas com equilíbrio e racionalidade que o assunto exige de todos nós.

Acho que Vossa Excelência tem toda a razão e eu quero mais uma vez reafirmar o que disse ontem, que qualquer parlamentar, e eu não coloco nenhuma dúvida na conduta, na ação ilibada dos deputados desta Casa, nem do governo e nem da Oposição, mas se porventura, tiverem um fato concreto, por favor, tragam à Casa, porque a Mesa, com certeza com a credibilidade que ela tem, vai determinar que a Comissão de Ética analise e Vossa Excelência tome as providências cabíveis.

Era esse o aparte. Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

É esse o objetivo que me traz aqui. No instante que eu vi alguma colocação em jornal, ficou por isso, mas olhe aqui, volto a dizer que a Coluna do Cláudio Humberto é escrita para trezentos, quatrocentos...

O Sr. Augustinho Zucchi

Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA

Na seqüência.

O Sebastião Néri também o faz. O secretário da Fazenda, Ingo, por infelicidade ou não, numa entrevista para a CBN aqui em Curitiba, põe em dúvida a Assembléia. O outro jornal aqui do Paraná, em dois dias consecutivos, escreve sobre isso. Olhe, não há como não dizer a esta Casa, aos nossos parlamentares e à própria imprensa que está aqui, que vamos, sim, levantar a veracidade dos fatos.

Agora, tenha certeza absoluta, deputado Traiano, de uma coisa. Acima de qualquer coisa, como corregedor me interessa o nome da Assembléia Legislativa. Como deputado da Oposição eu posso participar de debate mais equivocadamente possível, tendo a minha posição como Corregedor eu quero que a Assembléia esteja limpa perante a opinião pública e nessa condição vamos procurar levantar os fatos, não tenham dúvida. Se eventualmente esses fatos não existem, nós não teremos nenhum constrangimento em dizer que eles não existem para que à Assembléia não fique a pecha de que todo mundo se pergunte aqui - "quem são os cinco deputados? - quantos mais são? Como é que nós vamos para a nossa região falar com a população, se nós não temos sequer a credibilidade suficiente de que o nosso voto seja por convicção? Tal qual Vossa Excelência eu concordo plenamente com aqueles que são a favor ou com aqueles que são contra, desde que isso seja uma convicção de que é o melhor para o Estado do Paraná.

Concedo aparte ao deputado Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Eu gostaria de concordar inicialmente com as colocações do deputado Traiano, mas dar uma sugestão a Vossa Excelência. Talvez nós pudéssemos fazer hoje isso aqui, já. Pessoalmente eu não acredito que o secretário Rafael Greca tenha pronunciado, dito, falado ou aventado tal assertiva que encontra-se no jornal. Acho que nós, como falou o deputado Traiano, para preservar a Casa, a instituição Assembléia Legislativa do Paraná, num momento como este em que há realmente um debate bastante grande em torno desta questão da Copel, eu acho que o primeiro passo que deveríamos ter nessa condição, e Vossa Excelência, como corregedor, de ter uma explicação do doutor Ingo. Se ele realmente falou, o que é que rende? O que rende? O que rende é milho, soja e eu entendo bem de agricultura. O que é que rende? O doutor Ingo que diga para nós, o que é que rende isso e o nosso secretário Rafael Greca a quem tenho respeito, que diga a essa corregedoria se falou alguma coisa ou se não falou.

Se não falou, qual é a atitude que tomou com relação ao jornal que publicou? Baseado nisso também, os jornalistas que escreveram, que fossem questionados pela corregedoria desta Casa, para que dissessem qual é a

fonte, da onde vieram e se reiteram aquilo que escreveram ou não.

Quer dizer, vamos partir para os passos práticos desta questão, porque senão realmente vamos ficar sob dúvida num momento como este, como o deputado Traiano falou, não cabem dúvidas a esta Casa, embora tenhamos que, obviamente, respeitar sim a posição de qualquer deputado: seja a favor, seja contra. Ou qualquer outra votação que tenha na Assembléia, senão daqui a pouco qualquer votação um pouco mais discutida nesta Casa, terá suspeita, e nós vamos fazer o quê? Temos que esclarecer os fatos e acho que para esclarecer, a sugestão que dou a Vossa Excelência é dessa forma.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Concedo aparte ao deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Deputado Caíto Quintana, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela iniciativa, como corregedor desta Casa, de vir a tribuna da Assembléia narrar os fatos veiculados nos últimos dias na imprensa estadual e na imprensa nacional. Reiterar que os fatos narrados surgem, efetivamente dos comentários colocados por alguns de maneira apaixonada. E fico muito preocupado quando a paixão toma conta e prevalece sobre a razão. É um debate dos mais empolgantes - a privatização da Copel, certamente o mais importante projeto que estamos debatendo, discutindo e ao final vamos votar ao longo deste ano. E que este assunto toma a opinião pública que em se manifestado muito mais em função da aproximação da eleição do ano que vem, do que por qualquer outro motivo. Tanto isso é verdade, que em 1993, autorizamos aqui alienação de ações da Copel e não houve esse clamor popular no debate. Em 1998, novamente discutimos e demos a autorização para a privatização da Copel e não houve essa discussão. E agora, com competência e coloco, por competência da Oposição, o debate tomou conta da opinião pública. Entretanto, deputado Caíto Quintana, nada é mais importante para um parlamentar preservar, do que a seriedade, a moral e o respeito ao adversário. Tenho certeza que não só desta matéria, como em outras, surgem comentários os mais levianos possíveis. Entretanto, temos que nos dirigir pela razão. E a razão é uma só: o debate é privatização da Copel.

Num primeiro momento, os deputados da Oposição, tinham uma farta munção, mobilizaram a opinião pública. A Situação, através da Liderança e com vários deputados, estão tentando sensibilizar a base governista, que neste momento trata de sobreviver politicamente.

Sobreviver politicamente, porque a não privatização da Copel neste momento, representa uma grande vitória da Oposição e poderá representar o fim de toda uma situação política que hoje está colocada e que não podemos perder este embate. Estamos, sim, com discurso, com os instrumentos que são dados a quem tem o

mando político, o poder, como tem feito o presidente Fernando Henrique Cardoso quando se coloca contra a CPI's no Congresso Nacional; temos usado sim, os mecanismos legais, morais, onde colocamos claramente que há um divisor de águas, que os deputados da base aliada não seguiram seu caminho na Oposição, onde nunca tiveram acolhida, nunca tiveram respaldo ou vão seguir na Situação, dando sustentação política a seus pleitos e aos municípios que representam na Assembléia.

Nem de longe, deputado Caíto, sei que o senhor jamais pensaria isso também, nem um outro tipo de argumento. E quero sugerir, como muito bem colocou o deputado Augustinho Zucchi, que na sua seriedade moral, que é irretocável nesta Casa, interpele com os cuidados necessário, porque a imprensa merece todo o respeito, porque é o instituto mais democrático e mais legítimo desse País. Talvez o único que tenha resistido à época do regime militar.

Então, devemos respeitar a opinião dos nossos meios de comunicação. Mas que eles, que aduzem esses pensamentos que estão nos jornais, possam informar. Principalmente os colunistas que colocaram isso, os editoriais dos jornais, que trouxeram essas questões, para que eles possam trazer à corregedoria desta Casa.

Nós temos que respeitar os nossos adversários, estamos tratando de privatizar uma companhia, que vai resultar em mais de 10 milhões de reais para a sociedade paranaense, ou com notícias desse tipo e outras mais, jogar no chão o preço das ações da Copel, trazendo um prejuízo incomensurável a toda sociedade paranaense, deputado Caíto.

Então, para resumir: em primeiro lugar lhe cumprimentar, lhe parabenizar, somar esforços da Situação com a Oposição, para apurar qualquer denúncia que possa comprometer o parlamento.

Em segundo lugar para que Vossa Excelência possa encaminhar através da Presidência da Corregedoria, para que esses profissionais que tem feito essas ilações, possam aduzir, possam trazer os indícios, porque ninguém pode ser condenado se não houver materialidade.

E nós não podemos colocar o Parlamento do Paraná numa situação que deixará toda a sociedade paranaense muito desconfortável, porque todos nós fomos eleitos com os votos dos paranaenses, e devemos responsabilidade aos nossos concidadãos.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência foi eleito para ser corregedor da Assembléia, e não foi eleito como chefe do departamento de censura do governo federal.

Vossa Excelência não pode inquirir um jornalista, porque aí cabe à Justiça fazer isso. Vossa Excelência tem o direito de ver, de zelar pela Casa, pelo Poder da Assembléia Legislativa.

Agora, jamais terá o direito de querer censurar esse ou aquele jornalista que pelo Brasil afora vai emitir a sua opinião.

Por outro lado, todos nós sabemos que o jornalista tem o direito legal da preservação da fonte.

Por isso que eu não creio, que Vossa Excelência com um simples ofício, vai conseguir desse ou daquele jornalista a revelação de dados que possam vir aqui esclarecer essa denúncia gravíssima, que nós não podemos puxar para debaixo do tapete, envolvendo esse Parlamento.

Por isso eu quero parabenizá-lo em relação às atitudes que deverá tomar.

Quero dizer, deputado Caíto, que nesse momento não somos nós que estamos pautando a imprensa, nós estamos sendo pautados pela imprensa nacional aqui nesta Casa. Já há alguns dias colunistas do quilate do Sebastião Neri, Claudio Humberto, têm feito nas suas colunas afirmações que denigrem membros, ou denigrem a imagem da Assembléia Legislativa do Paraná. E nós apenas ontem levantamos essa questão aqui na Assembléia, até por dever que temos de zelar por esse Parlamento.

Por isso eu quero aqui parabenizar Vossa Excelência e dizer que do PMDB, Vossa Excelência terá todo o apoio para ir a fundo, buscar a verdade em relação às denúncias que diariamente tem saído na imprensa.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para encerrar deputado Hermas Brandão, deputado Valdir Rossoni, deputado Antonio Anibelli.

Tenho certeza que a Executiva desta Casa dará todo o apoio, para que nós possamos dar cabo de tudo.

Temos um objetivo único com o levantamento desses fatos, que é mostrar à opinião pública que o Parlamento do Paraná é o Parlamento do Paraná e se alguém tiver deslize, que seja apontado o nome, mas que não se permita jamais que o Parlamento como um todo seja atingido por uma matéria que deixa dúvida sobre cada um de nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência, antes de dar continuidade ao Pequeno Expediente, quer cumprimentar o nobre deputado Caíto Quintana pela agilidade em tomar as providências que acredito, como denúncias infundadas de alguns jornalistas.

Esta Presidência vai estar sempre na defesa deste Parlamento e temos certeza, pelo conhecimento que temos da Casa, de muitos anos, que aqui nos temos parlamentares do mais alto quilate que merecem o respeito da população paranaense e desta forma sempre respeitados aqui por esta Mesa Executiva.

Meus parabéns, deputado Caíto, esperamos que Vossa Excelência agilize para colocarmos definitiva-

mente, um ponto nesta questão que entendemos de suma importância para nossa Casa de Leis.

Dentro do Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Há questão de uma semana atrás eu recebi uma visita de um pastor de uma igreja aqui de Curitiba, da Igreja Adventista, e veio trazer ao conhecimento e trazer aos outros deputados os trabalhos feitos pela Igreja Adventista em todo o Estado do Paraná;

E para minha surpresa que na Gazeta do Povo de hoje o prêmio Bem Eficiente dado para todo o Brasil para várias entidades no Brasil inteiro, filantrópicas, a única entidade que ganhou foi exatamente do Instituto Adventista Sul Brasileiro.

Então, com esta surpresa é que apresentei um pedido de congratulações a este instituto e espero aprovação.

Mas o que me traz ao Pequeno Expediente, senhor presidente, é tentar contribuir para o debate levantado pelo deputado Caíto Quintana.

Não propriamente dito em relação às questões veiculadas pelos jornais a respeito dos procedimentos que estão sendo noticiados por membros do governo do Estado.

Não sei se é verdade ou não, eu não tenho notícia da imprensa, mas eu tenho notícia que chegou até meus ouvidos, não tenho como comprovar a veracidade da informação e nem tenho autorização para revelar a fonte, mas aí cabe também esta notícia ao presidente da Casa e ao deputado Caíto Quintana que é corregedor.

A notícia que circula no Estado do Paraná, é que o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra tem, em contato com prefeitos do Estado do Paraná, quando se trata do debate sobre as questões dos municípios, numa conversa muito tranqüila do feitio do secretário da Casa Civil, Alcení Guerra, muito polido, mas tem insinuado que os prefeitos receberão um milhão de reais cada um, caso a Copel seja privatizada, deixando a entender, de uma maneira muito elegante, de que, se o prefeitos não se envolverem na questão da Copel, enfim, não polemizarem nas suas cidades, não participarem do processo e mobilização e a Copel for privatizada, cada prefeito receberá perto de um milhão de reais.

Esta informação deputado Valdir Rossoni, o senhor é primeiro secretário da Casa, Vossa Excelência tem uma liderança entre os membros que dão sustentação à Bancada do Governo, e por mais que não exerça o cargo de líder em exercício da Bancada de Situação, os deputados todos reconhecem o seu valor, o seu mérito enquanto uma liderança política aqui nesta Casa, mas, enfim, as informações que correm neste sentido são estas.

Isto é preocupante, porque talvez tenha sido uma prática, não sei se é verdade ou não, não tenho como confirmar, não tenho autorização da fonte, das pessoas que conversaram com o senhor Alcení Guerra, para que decli-

nem se isso é verdade ou não, em público. Mas, enfim, é uma preocupação que acho que não é esse o método.

A solicitação que venho fazer à Casa, é porque vi uma propaganda na televisão a respeito da Copel, e os membros de comunicação inauguraram uma campanha publicitária defendendo a privatização da Copel. Tem uma propaganda em especial, que é uma estudante, se não estou enganado, afirmando, deixando claro, o conteúdo da informação: a Copel vai ser privatizada porque o governo tem que obedecer à lei. E obedecer a lei significa privatizar a Copel. Ainda fala de exemplos do Espírito Santo, de administrações do PT, que privatizaram. Enfim, não quero me reportar ao conteúdo da informação que posso discordar. Já ficou evidente que é uma lei, que não é uma obrigatoriedade.

Queria fazer uma proposta à Assembléia, não é o mérito do conteúdo da informação que está em jogo, por mais que se questione essa informação. Têm aqueles que acham que esta informação é verdadeira; há outros que acham que não é desta forma que as coisas estão sendo colocadas na legislação federal. O que existe é uma lei que desregulamenta o setor elétrico no nosso País, sabemos disso. Mas, na proposta que trago, como a Copel é uma questão de importância para o Estado do Paraná, se trata do maior patrimônio de investimento que o Paraná fez em toda sua história, que é o rio Iguaçu, com cinco usinas hidrelétricas, cada uma perto de oitocentos, seiscentos mil megawatts. Investimentos de mais de setenta anos para a construção desta fonte geradora de energia.

Há uma polêmica se o Paraná, como fonte geradora pode sobreviver na disputa até com a iniciativa privada. É um debate interessantíssimo. Sabemos que o próprio Ingo Hübner confirmou que uma das essências do problema é resolver, estruturalmente, o problema financeiro do pagamento previdenciário. Temos algumas discordâncias, porque o Fundo Previdenciário é uma caderneta de poupança. Se pegarmos três bilhões e colocarmos na caderneta, vai render noventa milhões por mês, liberado o ICMS para fazer investimentos - dentro desta linha de argumentação há uma certa lógica. Mas, amanhã ou depois, qualquer um que for governador do Estado, poderá, com vinte e oito votos, alterar a Lei do Fundo de Previdência, modificar o fundo. Quer dizer, restabelecer de novo a vinculação com o ICMS para pagamentos dos aposentados, passar a mão nesse dinheiro para resolver um problema estrutural de caixa, enfim, não há garantias estruturais na forma como o governo está apresentando uma saída.

Parece que deveríamos buscar uma outra alternativa para pensar no Estado do Paraná estrategicamente, e ao mesmo tempo que pudesse ter uma forma que compatibilizasse a saída dos problemas emergenciais que sabemos que são graves e que ninguém quer. Se o governo não tiver como pagar o salário dos médicos, quem vai sofrer com isso vai ser a população. Por mais que o governo tenha desgaste político, favoreça a população, mas, sou daqueles que estou envolvido na busca de uma

fórmula que não desarticule esse patrimônio que o Paraná tem, e ao mesmo tempo possa resolver os problemas emergenciais que o Paraná tem.

Para fazer esse debate com a profundidade que queremos fazer, vejo que há uma discrepância entre o governo do Estado com dinheiro público e a Copel. Se for dinheiro da Copel é mais grave ainda pagar uma propaganda a favor da sua privatização.

A Assembléia Legislativa, como é o centro deste debate, vai ser o centro, mesmo que o projeto seja votado agora no dia nove, terão outras ações que farão com que a Assembléia seja depositária de um grande debate até o dia da privatização; tem ações na Justiça, que estão se preparando. Se for a Copel que está apresentando e pagando esta propaganda na televisão, me parece grave. Se for o Estado do Paraná, como o Poder Executivo já está autorizado e a Assembléia Legislativa está centralizando todo debate e vai continuar centralizando, a proposta que faço e que gostaria que os deputados pensassem com carinho, é que se é importante e se aceitamos a importância desse debate, e se aceitamos a legitimidade desse debate como algo de importante e de valor para todos os paranaenses, eu gostaria, senhor presidente, que a Mesa Executiva encaminhasse aos veículos de comunicação, que requeressem um horário para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Que se disciplinasse em igualdade e paridade - seja dois minutos, um minuto - entre aqueles que são favoráveis e aqueles que são contrários à privatização, que pudessem abordar, para o conjunto da sociedade, as razões do porquê de a Copel dever ser privatizada e as razões do porquê de não dever ser privatizada.

Não é justo, neste momento, com o debate com a sociedade paranaense, que apenas uma visão tenha acesso aos veículos de comunicação de massa. A Assembléia está envolvida. Se a Assembléia está envolvida - temos um orçamento próprio da Assembléia Legislativa, que com um milhão de reais, dois milhões de reais, podemos disciplinar isso em igualdade de condições.

A Bancada de Situação apresenta o seu programa - pode reunir os técnicos de propaganda, que dão assistência ao governo do Estado, não tendo problema quanto a isso, porque é uma Bancada que sustenta o governo. Pode reunir as melhores agências de propaganda do País, que dão assistência ao governo do Estado e apresentam um minuto da sua versão, da importância.

Não dá para a Assembléia Legislativa fazer um debate no Estado do Paraná, vai votar um, vai votar dois, três projetos a respeito do problema da energia elétrica no Estado do Paraná. Somos nós o centro da decisão sobre esse processo.

A Copel, me parece, está pagando uma campanha de televisão, na mídia, no Estado do Paraná, nos veículos de comunicação da massa. A empresa que estamos tentando polemizar e discutir, da mesma forma, com os mecanismos tradicionais, que é a Assembléia Legislativa, e vem uma empresa do Estado e paga uma inserção, em

horário nobre da televisão, a favor do processo de privatização.

Acho isso um acinte, uma afronta à democracia e ao debate que a Assembléia Legislativa está fazendo. Isso aqui é um Poder. A privatização da Copel não interessa aos técnicos da Copel. Não é ao Ingo Hübert e ao Conselho da Administração da Copel que interessa o debate da Copel. Senão vai parar o debate, aqui. Vamos parar o debate. Não vamos votar mais nada! Não vamos votar mais nada! Nada! Nada! Não interessa à Assembléia debater! Vamos renunciar a nossa competência, a natureza do nosso poder. É inadmissível o Conselho Administrativo da Copel autorizar verba publicitária nesse momento, para pôr na Rede Globo do Estado do Paraná, nos veículos de comunicação de massa do nosso Estado, uma propaganda a favor da privatização, enquanto que um poder constitucional, que interpreta o conjunto do povo do Paraná, está debatendo projetos que podem modificar o processo de privatização.

Quem tem mais poder do ponto de vista da Constituição do Estado, o Conselho de Administração da Copel, o senhor Ingo Hübert ou a Assembléia Legislativa? É uma afronta à nossa independência, à nossa democracia e à consciência de todos os paranaenses nesse momento.

Não posso aceitar que o Conselho de Administração da Copel autorizou verba publicitária, para ser veiculada em favor da privatização, nesse momento! Não posso acreditar, senhor presidente! E se não foi o Conselho de Administração, sabemos quem foi. As informações que tenho é que são verbas publicitárias dessa concessionária de serviço público ter autorização de todos os paranaenses.

Como que nesse momento, à véspera de debates, de votação do projeto, em um momento em que o deputado Durval Amaral está indo nas suas bases falar com a população, com os prefeitos, que devem ser a favor da privatização da Copel, com o mecanismo que tem, que é a sua voz, a sua postura no rádio e a sua entrevista na televisão - o deputado José Maria a mesma coisa, em Ibiaporã. Estamos exercendo o nosso mandato popular, sagrado, porque é de origem popular, do povo. E vem uma empresa estatal, que está sob o processo de disputa na Assembléia Legislativa me apresentar para os paranaenses, uma única visão, de uma única lógica, de uma única interpretação da legislação federal, do nosso País!

Por isso, senhor presidente, não quero que a Copel retire. Quero que a Assembléia Legislativa abra espaço, para que a Bancada de Oposição possa fazer um comercial de uma hora nos veículos de comunicação do nosso Estado.

O Sr. Durval Amaral

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Vanhoni, em primeiro lugar, até para que o seu belo discurso não fique viciado, quero lhe dar uma informação. Toda a despesa de publicidade do governo

do Estado com relação à privatização da Copel tem sido arcada exclusivamente pela Comunicação Social, pelo governo do Estado; não se trata de recursos da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor pode me provar isso?

O Sr. Durval Amaral

Posso provar.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Traga os empenhos amanhã, para nós, por favor.

O Sr. Durval Amaral

Ótimo. Então, hoje eu iria aprovar o requerimento do deputado Irineu Colombo que justamente perguntou isso, se ele concordar nós dispensamos a aprovação do requerimento e até amanhã nós teremos isso na mão; Fica essa condição.

E uma outra questão, deputado Vanhoni, até para que haja transparência nesse processo, é de conhecimento público, até porque aprovamos nesta Casa de Leis, com o voto contrário inclusive de Vossa Excelência, a lei que autoriza a privatização da Copel.

Nessa lei, 70% dos recursos obtidos com a privatização da Copel serão destinados ao Fundo de Previdência do Estado, 30% serão destinados a investimentos. E esses investimentos, não existe outra possibilidade, deverão ser feitos dentro do espaço territorial paranaense. Razão pela qual o Estado, se é uma entidade abstrata, os municípios existem de fato e de direito, nós teremos que aplicar esses 30% restantes da privatização da Copel em saúde, educação, saneamento básico, infra-estrutura, e teremos que investir obviamente nos municípios paranaenses: não serão em municípios de outros entes federados, razão pela qual fazendo-se qualquer aritmética nós saberemos que os municípios do Paraná serão muito beneficiados com a privatização da Copel, até porque, todos nós sabemos também, que todas as redes de energia elétrica na esfera dos municípios, todos os custeios feitos nos municípios foram feitos à custa do cidadão paranaense, porque cada município do Paraná constrói a sua rede de energia elétrica, doa para a Copel, a Copel incorpora no seu patrimônio um recurso que veio do munícipe, lá do rincão de qualquer município do Estado do Paraná, e depois cobra a sua tarifa de energia elétrica.

Então, nada mais justo também, que nesse momento...

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor não entendeu o meu discurso, me desculpe...

O Sr. Durval Amaral

Então deixa eu só concluir, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Antes que o senhor conclua, quero que o senhor conclua para que Vossa Excelência não incorra em erro. Não disse que o Alcení Guerra está prometendo uma escola no município X, ou prometendo um galpão da produção, ou terminar o galpão, eu não disse isso; eu disse uma coisa mais grave do que isso, que o senhor Alcení Guerra está dizendo para os prefeitos que vai liberar um milhão para cada município, desde que não se envolvam na questão da Copel. É isso que eu falei. O senhor Alcení Guerra não pode fazer isso com o dinheiro público, ele pode liberar dinheiro para fazer política depois, independente da privatização. E os prefeitos que são contra a privatização não vão receber nada? Serão discriminados?

O Sr. Durval Amaral

Só para concluir. Fiz questão de trazer até o resultado da lei que prevê os 30%, porque efetivamente esses recursos serão destinados ao municípios, aí vai uma distância muito grande para o chefe da Casa Civil, que em hipótese alguma fez isso, prometer vantagens para qualquer município do Paraná, ou para qualquer prefeito, seria uma incoerência. Agora, institucionalmente, recursos serão repassados, investimentos serão feitos? Claro que será feito, como será feito também quando privatizar a Sercomtel em Londrina com os municípios da cidade de Londrina que vão auferir os resultados dessa privatização.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Seleme. Declina.

Deputado Waldyr Pugliesi, com a palavra no Pequeno Expediente.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, estamos chegando à conclusão que esses processos de privatização da Copel é um processo que está viciado, está sob suspeição, e no meu entendimento um governo sério suspenderia o processo de privatização da Copel.

Olha, ouvi agora há pouco, com todas as letras, o procedimento do líder do Governo. Diz ele: a privatização da Copel é uma questão de sobrevivência política do grupo que aí está. Ora, você colocar o amanhã do Paraná nas mãos do interesse eventual político de um grupo que está se esfalecendo no poder, acho que é de uma grande, mas uma imensa leviandade.

Todas essas acusações que estão sendo feitas e eu sou muito zeloso nesta questão acho que ninguém pode ser condenado antes das provas da condenação. É preciso que se tenha em mente o seguinte: A imprensa não fica inventando coisas para escrever, a imprensa tem mil olhos e ouve tudo, muitas coisas que acabam indo para as páginas dos jornais são ditas e são ouvidas, aquilo que está acontecendo no Paraná, na história do Paraná é de

extrema gravidade, veja bem, aqui por exemplo, uma fita de uma entrevista do presidente da Copel, textualmente, o apresentador: Por que os deputados, inclusive os deputados governistas estão se posicionando de forma contrária? - Ingo Hübert: “Porque, rende né! Porque é uma questão que... ela cria realmente um momento político muito importante... evidentemente as pessoas que tem interesses políticos, costumam usar estes temas momentosos para os interesses quaisquer que sejam”.

O corregedor da Casa tomou as providências que nós achamos que sejam as mais apropriadas, inclusive ontem mesmo aqui no Plenário, fiz essa sugestão ao corregedor, para que ele, de maneira clara, imediatamente tomasse providências junto à Mesa para que essa Assembléia não ficasse com a pecha marcada com ferro e brasa como se marca paleta dos bois, como mercado, onde os deputados têm valor, alguns mais que os outros. Aqueles que agem de uma maneira estão sendo cotados a quanto? Não é assim, quero acreditar na honorabilidade de todos os deputados, mas aquilo que nós estamos coletando, colhendo em todos os lugares, deixa uma dúvida, não só entre nós, mas principalmente na opinião pública e a imprensa, e longe de nós querermos ter a pecha de senhores da imprensa. A imprensa repercute sim, aquilo que está acontecendo.

País onde não existe imprensa não é País. Nós temos que garantir o direito da imprensa, inclusive de escreverem contra nós mesmos.

Senhor presidente, outro dia o deputado Cezar Silvestri, íntegro, fez um pronunciamento aqui relatando aquilo que tinha acontecido com ele mesmo. É uma pressão tão grande do governo em cima dos seus aliados, em cima de todo mundo, que é aquilo que leva à conclusão que nós estamos tomando.

Esse processo é viciado, ele está ceivado de todas as irregularidade e um governo sério nesse momento deveria, sim, suspender esse processo, para que o povo do Paraná, não fique com todas as dúvidas que tem na sua cabeça.

Deputados desta Casa estão pelo interior dizendo o seguinte: “Olha, nós temos que privatizar a Copel porque virá dinheiro aqui para o seu município, senão você não faz nada”.

Olha, essa pressão é inaceitável, é própria de regimes que não pregam a democracia. Não é possível, aquilo que estávamos falando e o líder do Governo poderia ter dado a resposta, que hoje ele promete fornecer à Casa, outro dia, quando eu questionei aqui da tribuna!

“Quem é que está pagando essa campanha publicitária e favorável à venda da Copel?”

Logicamente, que havia um logotipo do governo estampado numa propaganda num dos nossos jornais. Mas será que é de 19 milhões e 800 mil reais? Será que é verdade que a Heads recebeu 4 milhões, para produzir essa peça publicitária nesse momento? Quando o governo diz que não tem dinheiro para nada, inclusive para os deputados? Não será feito nada no seu município se

você com o facão na mão, não meterem esse facão nas costas da Copel! Não sobra nada!

Outro dia o próprio governador disse: “Olha eu estou aí com o programa “Mais Municípios”. Vamos jogar muito dinheiro nos municípios.

Ora, o principal ativo do Estado do Paraná está sendo colocado à frente de todos nós como algo que precisa ser despedaçado para atender interesses de sobrevivência política desse grupo que está no fim do seu tempo, porque no mundo tudo acaba! Na nossa vida tudo acaba. Esse governo não tem o amanhã com esse tipo de comportamento.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Durval Amaral

Muito obrigado, deputado Waldyr Pugliesi, eu, a título de esclarecimento, já solicitei e já tenho em minhas mãos a entrevista concedida pelo secretário Ingo à Rede CBN e vou encaminhar ao corregedor desta Casa, porque no contexto da entrevista e na entrevista como um todo, em nenhum momento ele se refere a qualquer tipo de vantagem pessoal que qualquer parlamentar pudesse querer auferir nesse processo.

Para que não haja dúvidas, mas que as minhas palavras e as suas, nós temos efetivamente essa fita. Ao final da sessão já vou encaminhar ao corregedor dessa Casa, para que possa ser transcrita e que não haja nenhuma dúvida sobre o conteúdo integral da entrevista do secretário Ingo.

Em segundo lugar, o processo de privatização da Copel, não pode em hipótese alguma estar viciado, por nenhuma razão, haja vista que ele se iniciou em 1998, e que toda essa discussão política que nós estamos travando nesse momento, se trava em função do deputado Tony Garcia e dos deputados da Oposição que apresentaram um projeto de lei, para revogar uma lei, que já está sancionada desde 1998.

Então, toda essa discussão só ocorre neste momento porque com competência, a Oposição colocou a privatização da Copel como uma bandeira, e todos nós sabemos, muito mais eleitoral do que com qualquer outro objetivo. A Oposição ganha muito, se a Copel for privatizada e a Oposição perde, muito, se fosse revogada a lei que privatiza a Copel, porque perderia o discurso. Tanto isso é verdade que amanhã nós queremos aprovar o regime de urgência.

Nós estamos aguardando efetivamente que a Oposição traga os seus debatedores, e se não trouxer, ou trazendo de qualquer forma, amanhã queremos aprovar o regime de urgência para, na próxima semana, encerrarmos esse assunto definitivamente, e se não for interesse eleitoral da postergação, automaticamente nos ajudem então a dizimar esse assunto na próxima semana.

Aí não haverá interesse eleitoral, em hipótese alguma.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Esse assunto não vai ser encerrado não! Ledo engano de Vossa Excelência, com qualquer resultado aqui, manipulado ou não, fabricado ou não! Esse assunto não vai morrer! Ó gente, estou aqui, na minha cabeça, com uma moeda. De um lado, vamos dizer, está Jesus Cristo, de outro lado, está o Judas. De um lado está o Tiradentes, do outro lado, Joaquim Silvério dos Reis.

Esse debate alguém, lá em mil, setecentos e noventa e não sei o quê, falou: “Vamos acabar com essa discussão!”. Nós estamos no ano 2001 e a discussão em cima dos Inconfidentes vai continuar! Daí, netinho seu, deputado, talvez, alquebrado pelo tempo vai falar: “Êh! vovô, que furo que você deu lá em 2001, vendendo a Copel!” Esse assunto não vai morrer, não! Nós do povo do Paraná, nós da Oposição, não vamos deixar esse assunto morrer não!

Olhem, a Copel é apenas um dos degraus nessa escada de jogos mundiais da safadeza, como chama o jornalista Luiz Geraldo Maza.

Nós temos que caminhar muito e esses assuntos sob suspeição aqui tiveram recentemente o nascedouro no episódio Copel-Sercomtel.

Às pressas se montou uma CPI e muito celereamente foi extinta e essas coisas subjacentes ficam na cabeça de todos nós.

O Sr. Durval Amaral

O senhor permite mais um aparte, deputado?
(Assentimento)

Quero agradecer e relembrar que o meu neto e o seu neto vão ter a mesma lembrança, porque a senhora sua esposa, deputada Irondi Pugliesi votou pela privatização da Copel em 1998. Então nós dois amargaremos ou não a mesma lembrança.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Olhe, não venha com esse tipo de coisa aqui!
Não venha! Não diminua o debate!

A minha mulher, que foi deputada, honrou todos os mandatos dela e ela tem luz própria. Eu não sou do tipo do marido “machão” que obriga a mulher a comer aquilo que ela não quer. Não sou do tipo do homem que exige da mulher subserviência. Esse debate não pode resvalar para questões menores e eu sou responsável pelos votos que eu dei na minha vida, das minhas realizações, dos meus erros, dos meus acertos. Não têm nada a ver com as coisas que a deputada Irondi Pugliesi fez aqui nesta Casa, obedecendo a Liderança do Partido dela, e nós temos por prática, e isso eu posso dizer, nós nos colocamos de maneira disciplinada, sob as determinações partidárias que possam acontecer.

Espero que Vossa Excelência, líder do Governo, não resvale, não decaia no meu conceito em relação a Vossa Excelência, buscando subterfúgios para querer

chegar a determinadas conclusões que não são acertadas e devem ser repudiadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PSDB, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

Primeiro quero comunicar que no sábado, eu, o deputado Moysés Leônidas - o deputado Waldyr Pugliesi esteve lá, mas por um problema com um membro de sua família, ele não pôde continuar - na, reunião da Avempar - Associação dos Vereadores do Médio Parapanema, que estava reunida justamente na cidade do deputado Waldyr Pugliesi.

Para a posse do vereador Wilson Aparecido Xavier, e, naquele momento, deputado Cartário, lá com algumas dezenas de vereadores da comunidade do Vale do Parapanema, foi abordada a questão da Copel.

De forma uníssoma, como aqui neste Plenário, foi repudiada a venda da Copel pela maioria daqueles que usaram da palavra e daqueles que tiveram oportunidade de se manifestarem naquela reunião. Mostra que o que se toma aqui não é apenas a decisão de um momento político, que política está em 2002.

O governo Lerner tem pouco, avançou pouco mais da segunda metade do seu mandato, ou já estão querendo entregar o mandato? Mas aqui não se trata nem de Oposição nem de Situação, mas se trata do interesse do Paraná.

E não se trata, senhores deputados, senhoras deputadas, de ver quem vai soçobrar politicamente, quem vai ter a sobrevida política, neste momento, porque se de um lado a Situação busca assegurar o momento com a venda da Copel, como é que a Oposição, segundo a fala do líder do Governo, tenta criar empecilhos para que não se venda, e com isso auferir dividendos políticos?

Na visão da população e do resto do Paraná, como é que fica o Estado? Como é que ficam os interesses públicos? Como é que fica o interesse da comunidade? Como é que fica a perspectiva de um projeto estratégico e desenvolvimentista para o Paraná, onde a Copel, pode, com certeza, ser o carro-chefe desta nova empreitada, deste novo ciclo de desenvolvimento que o Estado pode oferecer à nossa gente?

Por isso, não é, senhor presidente. Nem a Oposição e nem a Situação devem ser merecedoras, tenham a vantagem política neste momento, mas é o interesse do Paraná. Ora, nós estamos a ver que o gerente público que a população colocou em 1994, quando em primeiro de janeiro tinha uma dívida de 1 bilhão, 395 milhões, e hoje, 6 anos depois, esta dívida ascende a 17 bilhões de reais. E agora um grupo de cabeças pensantes deste Estado quer vender a melhor empresa que o Estado tem, o seu melhor ativo, a sua melhor estrutura de alavancagem estratégica

para o desenvolvimento do Estado e entregar para este gerente, que criou este rombo nas contas públicas, além de terem efetivamente vendido 53% das ações da Copel.

Em pouco menos de seis anos o governo Jaime Lerner vendeu 53% das ações do patrimônio da Copel. Quando ele assumiu, tinha 84.8% das ações da Copel que eram de domínio do Estado do Paraná. Hoje tem 31.08. E por esses 53 milhões, senhor deputados, senhoras deputadas, o governo do Estado recebeu pouco mais de dois bilhões de reais.

Ora, se a Copel vier a ser, que eu acredito, em função da sua colocação estratégica, da sua importância, ser obtido no leilão...

(Término do tempo).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta presidência lhe concede mais um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Se nós olharmos que dos 53% nós arrecadamos tão somente dois bilhões e se pensarmos que em 31% nós haveremos de arrecadar de cinco bilhões de reais, vamos concluir que a Copel, que deveria ser vendida no total de 16, 17 bilhões recaindo aos cofres do Estado em torno de 14 bilhões, com o resultado que foi feito dos dois um possível cinco milhões, nós já teremos um prejuízo pela venda no afogadilho, pela venda na condição de cobrir o caixa, pela venda na falta de previsão e de perspectiva que o próprio governo do Estado implantou, nós observamos que nós já perdemos, deputado Algaci Tulio, com esta condição, com este desatino que se fez nas contas públicas do Estado do Paraná, aproximadamente 7 bilhões de reais.

E só para completar, senhor presidente, o ex-parlamentar, ex-prefeito de Curitiba, deputado federal, atual secretário de Comunicação do Estado do Paraná, usa um artigo intitulado "A mentira tem pressa", expressão usada pelo presidente da Copel, Ingo Hübner, na sua fala nesta Casa, momento em que inclusive fez agressões verbais aos deputados, não só da Oposição, mas deputados que fiel e historicamente como o deputado Algaci Tulio, acompanhou o Jaime Lerner na sua trajetória política, como ele bem disse daquela tribuna, renunciando inclusive, a projetos pessoais e a perspectiva de poder pessoal para acompanhar, em nome da fidelidade, da coerência e da proposta do companheirismo, hoje ouvimos o deputado Durval Amaral dizer que vai apressar o projeto ou trazendo aqui a Oposição, alguém para falar ou não trazendo, vai colocar em regime de urgência ou vai solicitar regime de urgência para o Projeto de Lei nº 13/2001.

Ora, agora quem tem pressa é a mentira? É a farsa? Vamos discutir a questão. E remeto as palavras do próprio secretário da Comunicação Social, a mentira tem pressa e nós, para poder apurar a verdade, não podemos ter pressa, senhor presidente. Vamos com tranquilidade esclarecer à sociedade paranaense, vamos com tranqüili-

dade colocar as posições do interesse da comunidade paranaense e não da campanha publicitária que nós nem sempre sabemos de onde sai.

E para terminar, só gostaria de fazer a leitura do texto do jornal do Cláudio Humberto: "Jogam pesado os deputados governistas da Assembléia Legislativa do Paraná" - eles agora derrubam o veto do governador Jaime Lerner.

Há uma lei de incentivo à cultura, que apesar de minoritária, é flagrantemente inconstitucional. Aqui, diz ele: "Se Lerner não pagar o preço de um milhão, em alguns casos, o próximo passo é melar de vez a privatização da Copel."

É uma afirmação grave. Aqui, já falou o deputado Caíto e merece desta Casa e da Presidência - tenho a certeza disso - toda a atenção para que isso não seja uma mancha, uma mácula na visão, no aspecto moral e ético, no comportamento que esta Casa deve ter, em relação à sociedade paranaense.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, essa Presidência, com base no artigo 192 do Regimento Interno abre o prazo de três (03) dias, para o oferecimento de emendas à Proposição nº 36/2001, subscrita na forma da Constituição e dá nova redação ao inciso 1º, do § 2º, do artigo 77, da Constituição do Estado.

A contar de amanhã, dia 04 de abril de 2001.

Essa proposta de reforma à Constituição é de autoria do deputado Elio Rusch, devidamente apoiada por 30 senhores deputados.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para representar o Partido na Comissão para investigar as irregularidades na Sanepar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para compor a Comissão Especial de Investigação, que apurará as irregularidades na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando seu nome para representar o Partido da Frente Liberal junto à Comissão Especial de Inquérito, para investigar possíveis irregularidades na Sanepar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Algaci Tulio, na qualidade de líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para compor a Comissão Especial de Investigação, que investigará irregularidades na Sanepar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/99, de autoria dos deputados Augustinho Zucchi, Carlos Simões e Irineu Colombo, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar no Estado do Paraná e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.A.I.C.. COM EMENDA DA C.S.P.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

É somente uma emenda. A Emenda nº 02 foi retirada ontem.

Aprovada a emenda.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Estado do Paraná a conceder às famílias carentes, instituindo o Programa Criança na Escola, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. C.F. E C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.C.J.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda: **Aprovada.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a implantar o Programa de Leitura de Revistas e Jornais - Prolerj nas escolas estaduais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 06/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Diabéticos e Hipertensos de Goioerê, do município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 003, de 20.02.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 006/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - ADHIGO, com sede e foro em Goioerê - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Luiziana, com sede e foro no município de Luiziana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E EMENDA CORRETIVA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013, de 12.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 040/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Luiziana, com sede e foro no município de Luiziana - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 040/2001

O artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Luiziana, com sede no município de Luiziana e foro no município de Campo Mourão.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 54/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Helena, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 016, de 14.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 054/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Helena, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar

de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 57/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Paraná, com sede no município de São Pedro do Paraná e foro em Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 016, de 14.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 057/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Paraná - Apae, com sede no município de São Pedro do Paraná e foro no município de Loanda.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 79/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapejara, com sede e foro no município de Tapejara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 019, de 21.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 079/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapejara com sede e foro no município de Tapejara.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer Favorável.
Sala das Comissões, em 20.03.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento nº 736, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 767, de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.**

Conforme entendimento havido entre as lideranças anteriormente eu coloco em votação requerimento mas tenho certeza que todo o nosso Plenário aprovará.

Será amanhã, será uma Sessão Extraordinária, no horário da Sessão Ordinária para ouvirmos os representantes indicados pela Oposição.

O SR. DURVAL AMARAL

Com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 769, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 771, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 772, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Solicitação feita na presente sessão.**

Quero informar ao nobre deputado que PMDB e o PSDB indicaram seus representantes. eu solicito ao líder

do PTB para fazer indicação e posteriormente nós faremos um sorteio entre os representantes do PPB, PT e PSL.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Deve estar à mesa um requerimento de minha autoria indicando o deputado Ricardo Chab.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência tem razão, chegou neste momento em nossas mãos requerimento indicando o deputado Ricardo Chab como membro do PTB. Ao Departamento Legislativo para anotações.

Solicito então aos líderes do partido do PPB, PT e PSL que façam sorteio para ver qual o partido que fará indicação do membro para compor e completar a Comissão de Investigação.

Requerimento nº 684 de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. TONY GARCIA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente neste momento eu gostaria de encaminhar esse pedido, é o que diz respeito a licitação daqueles títulos que aqui, o doutor Ingo Hübert a primeira vez falou que não havia adquirido e, depois falou que havia adquirido.

Gostaria de pedir aos Líderes do Governo, até pedir nesse momento que a Bancada levanta-se em nome da transparência. Em nome da tão divulgada transparência do governador Jaime Lerner, do doutor Ingo Hübert dos Líderes do Governo, até dos deputados da Situação, que nesse momento, se nós falamos em clareza, em transparência. Nós não podemos pedir para que a Bancada vote um esclarecimento simplesmente, se houve ou não concorrência para adquirir esses títulos.

Gostaria nesse momento que os Líderes tivessem a cabeça no lugar, se pensasse no processo maior e não levantassem aos deputados que apoiam a privatização da Copel, ao constrangimento de votar contra um requerimento que passa a transparência.

Por isso, eu gostaria de encaminhar isso ao Líder Durval Amaral e ao vice-líder Traiano, para que não fosse, em nome da transparência deixasse que esse pedido passasse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu peço que Vossa Excelência, antes de se prosseguir os encaminhamentos, que determine ao 1º secretário a leitura do inteiro teor, porque confesso a Vossa Excelência que não estou bem certo de qual pedido de informação estamos votando. Então que fosse dado ciência a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Atendendo a solicitação de Vossa Excelência, solicito ao deputado Valdir Rossoni a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

Atenção senhores deputados. Súmula: Requer pedido de informações à Copel. O deputado que presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente requer pedido de informações, junto à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, o seguinte:

1 - quais foram os procedimentos que antecederam a compra dos títulos de dívida pública do Estado do Espírito Santo;

2 - Houve licitação para a compra, e se houve quantas e quais empresas participaram dela?

3 - quais os órgãos de imprensa que publicaram o edital de licitação e em que data?

4 - quais os objetivos dessa compra?

Nestes termos pede deferimento. Sala das Sessões, em 02.04.2001, deputado Tony Garcia.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu peço que Vossa Excelência me inscreva para encaminhar após o deputado Traiano.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está inscrito, senhor deputado.

Com a palavra o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, pela transparência da privatização da Copel e pela transparência da vinda do secretário Ingo Hübert, aqui nesta Casa, nós queremos encaminhar o requerimento do deputado Tony Garcia. Mas antes eu gostaria de perguntar à Mesa, ao senhor presidente se existe uma formulação por escrito da denúncia encaminhado aqui, quando da vinda do senhor presidente da Copel, secretário da Fazenda, pelo deputado Tony Garcia? Se a Mesa recebeu formalmente documentalmente a denúncia formulada por ocasião da vinda do presidente da Copel? Eu gostaria que a mesa me respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Presidência passa a responder: oficialmente não foi encaminhado nenhum documento à Mesa Executiva.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, em nome da transparência essa vice-Liderança quer encaminhar contrariamente a este requerimento, até porque, até a presente data a Mesa ainda não recebeu nenhuma denúncia formal por escrita com relação as denúncias formuladas pelo deputado Tony Garcia aqui nesta Casa. Portanto, não merece credibilidade neste momento, o requerimento do deputado Tony Garcia porque na oportunidade, o deputado Tony Garcia

foi a grande vedete, a grande estrela desta Casa e até este momento ainda, nada de concreto aconteceu. Em nome da transparência nós queremos encaminhar contrariamente e pedir à bancada do Governo que vote contrária ao requerimento do deputado Tony Garcia.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu faço a seguinte pergunta para a Mesa Executiva e para o Plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

Deputado tem fé pública?

Deputado, no exercício do seu mandato, tem fé pública?

Deputado, quando sobre à tribuna do Plenário da Assembléia Legislativa tem fé pública? Eu lhe pergunto, deputado Traiano, nós podemos levantar qualquer objeção ao requerimento do deputado Tony Garcia. Vossa Excelência tem todo o direito de dizer que a bancada da Situação deve obstruir este requerimento, porque acha que o deputado Tony Garcia está equivocado, que o Ingo já prestou todas as informações, mas Vossa Excelência quer argumentar com suas bases, primeiro, que é a favor da transparência e em nome da transparência Vossa Excelência pergunta se é uma denúncia formal? A denúncia formal está nas notas taquigráficas, a denúncia formal está em toda a imprensa do Paraná. Foi a palavra de um deputado e um documento apresentado aqui que todos nós vimos, que está na Mesa. O senhor Ingo Hübert leu o documento, na presença de 54 deputados e o senhor tem irresponsabilidade de fazer uma linha de argumentação dessa? Me desculpe, deputado Traiano, Vossa Excelência incorre num subterfúgio, num expediente, para querer justificar a negativa da aprovação do requerimento, de uma forma que é inaceitável! Em primeiro lugar, um deputado quando faz uma denúncia aqui, pior do que isso, apresentou o documento para o presidente da Copel, que leu em público, aqui numa Sessão Ordinária, formal, um ato do poder da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Vossa Excelência vem perguntar se a denúncia formal foi feita? Escute, diga o seguinte para os seus companheiros: "Não votem, fiquem sentados". Somente isso, mas não justifique de outras maneira. É feio, é muito feio!

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, na verdade, o que quer o deputado Tony Garcia é dar seqüência a uma ação que esteve aqui no Plenário, com a presença do presidente da Copel. Qual é a seqüência? Solicitar, através de um ofício público à Mesa, e votado na Assembléia, pedindo informações sobre atos que envolvam recursos públicos. Evidentemente está pedindo simplesmente que o presidente da Copel junte este requerimento, acolha este requerimento e mostre que fez uma ação justa ou se ele quer contar votos aqui para esconder algo que já foi escondido com a compra dos títulos de Alagoas, Guarulhos, Maranhão, Santa Catarina. Aí é outra coisa. Agora, a ação é

justa. A ação é correta. E só votará contra este requerimento, aquele deputado que estiver perfeitamente alinhado com os interesses do Palácio Iguaçu. Do contrário, deputado que não estiver perfeitamente alinhado com o Palácio Iguaçu, não votará este requerimento. Votará a favor do requerimento. Não votará, jamais contra. Porque estará votando algo para esconder debaixo do tapete. E nós não queremos mais nada debaixo do tapete!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós só queremos esclarecer ao deputado Beraldin e também ao deputado Ângelo Vanhoni, que a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência praticamente foi um encaminhamento do requerimento. E cabe a qualquer parlamentar entrar com um requerimento pedindo informações. É isto o que o deputado Tony Garcia fez. E o Plenário é soberano na sua decisão.

Para Encaminhar, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o deputado Ângelo Vanhoni quando levantou a Questão de Ordem, estava repleto de razão, porque afinal de contas as Constituições do Estado e a Federal estabelecem a inviolabilidade daquilo que diz o parlamentar no exercício do seu mandato. Mais fé pública do que isto, impossível.

Pessoalmente, acho que o deputado Traiano, realmente, encaminhou de forma equivocada ao recomendar que não se vote o requerimento do deputado Tony Garcia, por não ter sido, na visão do deputado Traiano, esta documentação encaminhada de forma oficial. Discordo plenamente do que disse o deputado Traiano. Concordo com o que disse o deputado Ângelo Vanhoni, porque ao apresentar seja à Mesa, como apresentou ou apresentar da forma como apresentou, no questionamento, o deputado Tony Garcia, naquele momento, de forma oficial fez uma denúncia, que certamente está registrada nos Anais da Assembléia, pelo Serviço da Taquigrafia.

Além disso, senhor presidente, a Gazeta do Paraná de hoje, na sua página 4, diz: “Ingo Hübert é réu confesso no caso da compra de títulos. Declaração do secretário comprova ter havido crime de improbidade administrativa, por ele ter desrespeitado a Lei 8429, que regula esta questão”.

Então, senhor presidente, nada mais justo, nada mais correto, em nome da transparência, que nós possamos aprovar este requerimento, para que a Assembléia possa ter, na sua plenitude, as explicações que não foram dadas pelo doutor Ingo quando aqui esteve. Naquela oportunidade, quando nós, num Questão de Ordem levantávamos a necessidade dele responder ao questionamento do deputado Tony Garcia, se havia adquirido ou não os títulos podres, nós rememorávamos a esta Casa uma reunião que tínhamos tido no gabinete da presidência da Copel, junto com os deputados Traiano, Colombo e José Maria, quando fomos buscar informações a pedido desta

Casa, acerca da caução de ações para garantir os títulos podres que anteriormente haviam sido adquiridos pelo Banestado junto a Pernambuco, Osasco, Guarulhos, Alagoas e Santa Catarina. E, naquela oportunidade, o presidente Ingo afirmava a todos nós que lá estávamos, que graças àquela caução que tirou do processo licitatório de venda do Banestado os títulos podres, foi que o Banestado pode ser vendido por uma soma superior àquela que se esperava.

Naquela oportunidade, nós dizíamos que era necessário o doutor Ingo esclarecer a todos nós sobre a compra destes títulos podres, porque estes títulos podres, a exemplo do que poderia ter ocorrido no Banestado, poderia, agora, contaminar o processo de privatização da Copel, que nós somos contrários, mas que o doutor Ingo defende com veemência.

Por esta razão, em nome da transparência que é cantada em verso e prosa, nós temos que aprovar sim, não só da Oposição, não só os deputados que queremos impedir a privatização da Copel, mas todos os deputados desta Casa que se dizem transparentes, que querem esclarecimentos acerca, inclusive, de todas essas ilações e denúncias que estão acontecendo nos jornais porque é necessário que todos nós, neste momento, possamos dar inclusive ao deputado Tony Garcia toda a oportunidade que tem para provar aquilo que está denunciado, porque o mesmo jornal também hoje na coluna do Ogier Buck afirma que o deputado Tony Garcia está criticando o governo, está fazendo isto, fazendo aquilo porque não teria ele recebido a comissão pela intermediação desses títulos podres. Da mesma forma que ainda há pouco quando deputado Caíto na tribuna falava acerca de denúncias envolvendo outros deputados, e que o Líder Durval Amaral, o Líder Traiano se solidarizaram e disseram que tinha que haver investigações para que este tipo de acusação não prosperasse, neste momento temos que nós também demonstrar a nossa solidariedade ao deputado Tony Garcia, temos que demonstrar a nossa transparência votando a favor desse requerimento para que as explicações venham e possam esclarecer de forma cristalina o que de fato aconteceu e não aconteceu na compra dos títulos podres pela Copel.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, eu vou fazer uma colocação aqui com apelo ao deputado Traiano e ao nobre líder do Governo que está do seu lado, deputado Durval Amaral, apenas para rememorar algo que parou a nossa Sessão daquela tarde aqui na Assembléia. O deputado Tony Garcia levanta e faz um pedido ao doutor Ingo, uma solicitação, se ele conhecia a operação. Vossa Excelência facultou a ele que respondesse ou não, até por norma do regimento. Ele não respondeu. Posteriormente a um questionamento de vários parlamentares, o doutor Ingo, senhor presidente, respondeu a esta Casa dizendo que estava inclusive no balanço da Copel, que era uma operação normal, que era operação em que a Copel teve lucro e

que portanto estava colocado ali no balanço da Copel e inclusive disse ele ao deputado Tony Garcia que o mesmo usou de leviandade para fazer tal assertiva naquele momento em que o questionou sobre a questão dos títulos.

Ora, não é uma questão de Situação nem Oposição. É uma questão apenas porque se tomou conta de todos os jornais. o governador questionado pela imprensa disse que foi uma operação legal, aonde a Copel obteve lucro e que não tinha absolutamente nada a esconder.

Quero fazer, deputado Ademar Traiano, um apelo a Vossa Excelência, vamos fazer um apelo ao deputado Durval Amaral, se realmente aqui for para saber quem está a favor do governo, quem está contra, tudo bem, que se vote contra. Mas por outro lado, se nós formos apenas e tão somente até resguardar, deputado Divanir Braz Palma, resguardar aqueles que vão votar a favor da privatização da Copel, até para que se resguarde este voto daqueles que vão votar a favor, acho que devemos aprovar o requerimento do deputado Tony Garcia para que o presidente da Copel possa esclarecer qual foi o procedimento que houve em relação a aquisição dos títulos. Agradeço a Vossa Excelência por esta oportunidade e acho que deveríamos todos aprovar o requerimento do deputado Tony Garcia.

Obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, ouvi atentamente o encaminhamento de alguns companheiros, ouvi as palavras do deputado Beraldin quando ele coloca como teste aqueles que realmente estão no tapete do Palácio do Governo. Quero dizer aos ilustres companheiros deputados que no primeiro governo o senhor Jaime Lerner, eu fiquei quatro anos, nesta Casa, de boca fechada, praticamente na Oposição.

O governo entregou umas viaturas na polícia, nas delegacias e, eu como tinha apoiado com muita honra o grande paranaense Álvaro Dias, fiquei quatro anos à margem do poder, nesta Casa. O senhor Algaci Tulio, companheiro que sempre prestigia os companheiros, quando foi para entregar as viaturas dos meus municípios, inclusive, no município de Mandirituba, no qual fui prefeito, eu fui convidado, porque o Algaci Tulio tem realmente o espírito de companheiro e convidou a mim e ao deputado Luiz Carlos Martins, que também apoiou o Álvaro, para entregarmos as viaturas nas cidades de Mandirituba, Pien e de Agudos do Sul.

Sei ser oposição. Sei me colocar no meu devido lugar. O deputado Anibal Khury me convenceu a entrar no PFL, disputei a eleição pelo PFL e passei a ser governo.

Meu companheiro Beraldin, Vossa Excelência no Palácio do Governo, nesses dois últimos anos, do que eu em toda a minha vida política, de 27 anos de mandato. Não sou de ir em Palácio do Governo. Não sou bajulador. Mas reconheço a minha posição. Faço parte realmente

parte do apoio político ao governador Jaime Lerner. Na hora em que eu achar que ele não merece o meu apoio, assino a ficha em um partido de Oposição e não fico nunca em dúvida, com minha posição.

Esse requerimento, aqui, colocado, hoje, é inteligente, do deputado Tony Garcia e muito mais inteligente, dos deputados de Oposição, que estão dando verdadeiro “show”, em cima do processo da Copel. Cabe a nós, companheiros que defendemos o governo, que somos governo 24 horas por dia, também marcarmos a nossa posição. Porque esse requerimentos é político. Porque tecnicamente ouvimos da boca do presidente da Copel, sobre um assunto, aqui, levantado pelo requerimento proposto pelo nobre deputado Tony Garcia.

Era essa a minha colocação, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Para Encaminhar, senhor presidente?

(Assentimento)

Estou encaminhando porque não concordo com as palavras que disse o deputado Geraldo Cartário. Ele, de forma simplista procura colocar para todos nós, que as questões na Casa são analisadas somente do seguinte ângulo: ou se é Oposição ou se é Situação.

Junto com o deputado Marcos Isfer apresentamos um projeto, que dá uma nova alternativa para a questão da Copel. Lembro-me bem e todos os deputados, aqui, presentes lembram, quando o secretário e presidente da Copel Ingo Hübert, aqui, esteve, o grande argumento que ele usava é de que a Copel estaria inviabilizada, dentro de três anos exatamente pela lei das licitações, que não teria agilidade, teria extrema dificuldade em competir com a iniciativa privada.

Subentendem-se que todas as ações da Copel passam por licitação. Não vejo nenhum problema de aprovarmos esse requerimento, porque fica óbvio que o secretário disse, que todas as ações da Copel passam por licitação, por isso, é que ela terá dificuldade de concorrer com a iniciativa privada. Acredito que todos nós que ouvimos o secretário teremos a tranquilidade, independente, de se Situação ou Oposição, de votarmos favoráveis a esse requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Para Encaminhar, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, nobres deputados dessa Casa, estamos conduzindo o processo de privatização da Copel, nós, enquanto governo, com absoluta transparência. Efetivamente reconhecemos, aqui, o pequeno desentendimento que houve entre o deputado Tony Garcia e o secretário Ingo. Entretanto isso não pode vir em prejuízo da transparência, razão pela qual, até porque vários parlamentares que votam a favor da privatização da Copel - conversei com eles ao longo dessa discussão e me pediram para que a Liderança do

Governo liderasse a Bancada. E nós queremos efetivamente manter a privatização da Copel, e não vamos aqui, no acessório, ficar discutindo. Por isso, deputado Tony Garcia, a Bancada da Situação que vai votar a favor da privatização da Copel libera, em nome da transparência, para que o seu requerimento seja aprovado nesta tarde. E tudo aquilo que for efetivamente pela transparência do processo de privatização da Copel, onde as questões pessoais devem ser postergadas porque deve prevalecer o interesse público, nós vamos nos posicionar dessa forma. Razão pela qual, senhor presidente, nós vamos aprovar o requerimento do deputado Tony Garcia.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Quero cumprimentar, não o deputado Durval Amaral, mas quero cumprimentar o governo, quem não deve não teme. É uma atitude bonita.

Parabéns.

O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)

Deputado Durval Amaral, líder do Governo, agradeço a sua deferência especial em relação ao projeto já que a eminente derrota viria em votação nesta Casa. Acho que neste momento o vice-líder do Governo, Ademir Traiano, não deveria ter encaminhado daquela maneira porque deixou todos os deputados governistas constrangidos num certo momento, aonde naquele momento eu teria dito já que iriam perder. Agora, diante da derrota eminente agradeço o transparência e agradeço o apelo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação. Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Tony Garcia permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 687, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Verificação de Votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Edson Strapasson, queiram levantar-se.

Solicito ao 1º secretário, que proceda a contagem dos senhores deputados.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu pediria a gentileza de o 1º secretário, se ele pudesse ler o teor do requerimento, nós desconhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vossa Excelência será atendido.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)
(Lê):**

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao diretor-presidente da Sanepar, senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando informações sobre as obras do Projeto Aquífero Karst, realizadas pela Sanepar, no município de Colombo, detalhando informações sobre:

a) modalidade de licitação adotada nas contratações;

b) cópia do edital;

c) empresas que participaram do processo licitatório, com respectivos valores globais, e ainda formas de pagamento;

b) balanço completo de obras de poços artesianos, especificando: local onde foram perfurados, quantidade, custo específico de cada poço, a profundidade, bitola, rede adutora, estação de tratamento e reservatórios; e cópias das faturas empenhadas e pagas, com relatório físico e financeiro das obras executadas, discriminando os valores pagos para perfuração dos poços.

c) seja detalhado o custo de projetos e consultorias contratados pela Sanepar, especialmente do Eiarima, especificando os contratados, e ainda o procedimento licitatório.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa conheça a real situação das obras executadas pela Sanepar, no Karst em Colombo, cumprindo assim sua função constitucional fiscalizadora.

Termos em que, Pede e Espera Deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 02.04.2001.

(a) EDSON STRAPASSON”

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Esse projeto realmente é o “Projeto Karst”, que que prevê a exploração através de poços artesianos, o Aquífero Karst, que é realmente um potencial de abastecimento de mananciais da região muito forte e que realmente está sendo pesquisado. Então, o que se busca nesse projeto é que realmente existe um investimento que é pequeno perante o benefício que traz à nossa comunidade trazendo a possibilidade de termos uma água potável de qualidade mineral, e que poderá ter um abastecimento ampliado em função de um esclarecimento.

Eu acho que o Líder do Governo até interpretou esse projeto, essa iniciativa de outra forma. O que nós buscamos é esclarecer e através de uma forma transparente, e a Sanepar possa trazer a esta Casa, possa explicar ao povo do Paraná e à Região Metropolitana qual o investimento, que obras foram feitas, até porque o investi-

mento foi alto e justificou pelo atendimento que conseguiu dar à nossa região.

Então, desta forma eu peço aos senhores deputados pela aprovação do requerimento em nome da transparência, em nome do esclarecimento porque eu não vejo por quê um pedido simples de informação, de licitação, de pagamento que deveria ter acesso todo o cidadão do Paraná possa ser negado de uma forma sem justificativa.

Eu acho que quando nós negamos alguma coisa nós temos que ter uma justificativa plausível para negação.

Então, eu peço em nome da transparência que nós possamos dar esse encaminhamento aprovando, deputado Durval Amaral, um projeto, um requerimento que na verdade nada mais se busca do que eu citei há pouco.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Nós vamos encaminhar pela aprovação do requerimento do deputado Strapasson.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o requerimento do deputado Edson Strapasson.

Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 713, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, consulto o deputado Beraldin e os demais deputados desta Casa, a Secretaria de Administração se dispõe a informar a esta Casa o requerido pelo deputado Beraldin. Ele pede que seja encaminhada relação de todos os inativos do Estado do Paraná e ele pede também os respectivos vencimentos.

Entretanto, nós não podemos ultrapassar a nossa barreira legal que é o ordenamento jurídico que aí está, a Constituição Federal. E a Constituição Federal no artigo 5º dos direitos e garantias individuais preserva a informação do vencimento de cada servidor público, de cada inativo, razão pela qual nós aprovaremos o requerimento se o deputado Beraldin concordar que seja encaminhado a esta Casa a relação de todos os inativos e o montante da folha de inativos, não especificando o valor individualizado porque nós estaríamos afrontando um direito constitucional que é a garantia individual de cada cidadão.

O SR. BERALDIN

Estou de acordo, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós solicitaríamos a Vossa Excelência após a votação, alterar seu requerimento.

O SR. BERALDIN

Assim que terminar a sessão, imediatamente estou me dirigindo à Mesa para mudar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento do deputado Beraldin, senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 715, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Encaminhe-se na forma solicitada.**

É um requerimento que nós não temos como exigir da ANEEL essas informações, nós vamos encaminhar, nobre deputado, se Vossa Excelência concordar, como solicitação.

O SR. IRINEU COLOMBO

Concordo, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deixamos de votar o requerimento.

Requerimento nº 716, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para Encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a sua discussão já adiada.

Para Encaminhar, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Deputado Irineu Colombo, senhores deputados, nós temos dois requerimentos do deputado Irineu Colombo nessa tarde, um que virá na sequência que é o expediente ao secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando informações sobre a propaganda oficial, no caso realizada pela Copel, em defesa da privatização da Copel.

Quero encaminhar os dois de uma vez só, senhor presidente. Desculpe-me se por acaso houver algum mal entendido.

Quanto ao segundo requerimento deputado Irineu Colombo, nós vamos votar pela aprovação dentro do processo que é facultado a todo o parlamentar a saber efetivamente de onde sai a dotação orçamentária, com as despesas de vinculação, de publicidade, da privatização da Copel.

Já disse aqui, que são despesas aonde as dotações alocadas são da Comunicação Social e de outros órgãos do governo, da administração direta e não se trata da Copel esse recurso.

Então nós queremos aprovar esse requerimento e pelo bom senso pedir a Vossa Excelência para que retire o primeiro requerimento, com relação às ações negociadas pela companhia em bolsa. Até porque, no mercado de

ações torna-se impossível detectar quem comprou as ações. Foge da competência da Copel. Isso é um mercado aberto, ocorre na bolsa de valores.

Então a Copel não teria mecanismos jurídicos, legais para poder prestar essa informação. Nós não queremos obviamente que o presidente da Copel incorra aí em problemas de responsabilidade.

Então encareço ao deputado Irineu Colombo, para que aceite a nossa proposta de que o segundo requerimento vai ser aprovado e esse primeiro com relação à bolsa de valores seja retirado pelo autor.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente da mesma forma como o requerimento do deputado Tony Garcia foi aprovado aqui, que pedia explicações de uma transação de títulos, o meu requerimento é mais abrangente. E ele avança nos títulos e nas ações.

Eu sugeriria ao Líder do Governo a aprovação do requerimento e deixaria que sobre as ações, a Copel passasse a informação para nós, em termos genéricos. Entendo perfeitamente que é possível acompanhar por onde as ações andam, mas os títulos são emitidos pela Copel. Os títulos a emissão primária deles, inclusive, as emissões primárias das ações é possível fornecer as informações.

Não sei como é que chama essa emissão primária, se tem um nome para aquilo. Quando o cara vai no balcão e coloca a primeira vez as ações. Esta primeira vez tem como contabilizar, depois quando anda, aí não tem mais, realmente.

Estou querendo saber a emissão em balcão, dos títulos e das ações. Então eu gostaria de ter essa informação.

O SR. DURVAL AMARAL

Contrariando e rasgando o Regimento que não é permitido o aparte, mas só a título de esclarecimento, senhor presidente, se me permite, gostaria de pedir então ao deputado Irineu Colombo, que retirasse o requerimento e nós vamos dar uma redação que possa ser exequível a sua questão. Podemos voltar amanhã com o requerimento e aprovarmos em primeira.

O SR. IRINEU COLOMBO

Vou solicitar à presidência que retire esse meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Por solicitação do requerente arquivamos o requerimento.

Requerimento nº 717, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 722, de autoria dos senhores deputados Eli Ghellere e Luciana Rafagnin, constante do

expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 718, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 737, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 723, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 724 e 725, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 726, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 728 de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 729 de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 730 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 731 e 738, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 733 de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 734 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 739 e 740, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 742, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 741, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 743 a 745, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 746 a 758 e 760 a 762, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 763 a 765, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 766, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 773, de autoria dos senhores deputados Duílio Genari, Antonio Baratter, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Alborghetti, Cesar Seleme e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 710, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente de sessão anterior.

Esta presidência tomará a seguinte providência: deixará de votar o requerimento hoje e informará oficialmente ao Plenário, na sessão de quinta-feira, se colocará ou não em votação o requerimento para anexação.

Vamos estudar porque entendemos que os três projetos de lei terão dificuldade para anexação e votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Especial para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, destinada a pronunciamento de representantes das Oposições com assento nesta Casa, para prestarem, esclarecimentos sobre o processo de privatização da Copel.

Marco ainda uma sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 05, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 006, 040, 054, 057 e 079/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 130, 213, 387 e 438/2000

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CESAR SELEME, EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 2001.

Maior Presença Militar na Amazônia

Léo de Almeida Neves.

Os brasileiros patriotas acolheram com entusiasmo a notícia de que contingentes do Exército estão se instalando dentro de oito reservas indígenas, nas regiões fronteiriças da extensa Amazônia.

Na verdade existe risco potencial de reconhecimento pela Organização das Nações Unidas (ONU) de nações independentes em reservas indígenas, que ocupam vastas áreas de continuidade territorial, avançando, até países vizinhos, como é o caso dos ianomâmis, que ultrapassam nossa divisa penetrando na Venezuela.

A recente visita aos Pelotões de Fronteira pelo ministro da Defesa, Geraldo Quintão, assinala a assimilação pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso da importância estratégica de ampliar a presença militar nas zonas desabitadas e desguarnecidas.

Aliás, será conveniente que também a Marinha e a Aeronáutica expandam suas ações na Amazônia, utilizando equipamento bélico compatível ao terreno, para treinamento de combate nas selvas, com intuito único de defesa, a fim de dissuadir qualquer tentativa de invasão de nosso território.

A realidade concreta da Amazônia concentra imensos lençóis de petróleo e fantásticas riquezas minerais e desperta a volúpia dos países ricos, com alguns de seus líderes defendendo a perda ou limitação da soberania brasileira na região, a pretexto de preservar a Floresta Amazônica. Há também propostas de entregar matas tropicais para pagamento da dívida externa.

As vozes que se ergueram nesse sentido abrangem desde o então chefe comunista da ex-URSS, Mikhail Gorbachev, até o líder socialista da França, François Mitterrand, a conservadora inglesa Margaret Thatcher e dirigentes norte-americanos como Al Gore, Bill Clinton e George Bush.

Não há perigo iminente, porém ecoa orquestrada campanha para convencer a opinião pública, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, de que a Amazônia pertence ao mundo e não ao Brasil.

Em contrapartida à lavagem cerebral feita no exterior pró internacionalização, impõe-se que nós brasileiros alastremos por todo o país um Movimento de Defesa da Amazônia, para conscientizar o povo de que o mapa do Brasil desenhado pelos portugueses e ampliado por nós, é definitivo e imutável.

Chegou a hora de o Ministério da Educação restabelecer em todas as escolas de ensino fundamental e médio o culto aos símbolos do País, incluindo o canto diário do Hino Nacional. Seria benfazejo que a cerimônia de juramento à Bandeira dos reservistas de 3ª categoria fosse precedida de aulas de educação cívica por um mês, aos sábados, para que sejam exaltados os significados de Pátria, as virtudes da nossa gente, o amor ao idioma e tradições, e todos assumam o compromisso de lutar pela integridade nacional.

Nesse contexto, compete ao governo federal rastrear, vigiar e investigar as atividades das centenas de organizações não governamentais (ONG's), sediadas nos estados que integram a Amazônia, a maioria delas bem intencionadas e com finalidades altruístas, mas provavelmente algumas foram abertas para patrocinar grupos econômicos e quem sabe até a serviço de governos estrangeiros.

Já é momento de a Amazônia constituir-se em uma das prioridades da atuação do governo federal. Cabe ao presidente da República conduzir, ele próprio, o processo de crescimento e de reforço militar da região e ao mesmo tempo salvaguardar o meio ambiente, os ecossistemas e a

biodiversidade. A verba orçamentária para o projeto Calha Norte em 2001 de ridículos R\$15,8 milhões é um acinte.

Os estudos de aproveitamento racional das florestas, com o seu manejo adequado, precisam ser intensificados, e modo a demonstrar que temos competência para explorar e, simultaneamente, renovar e conservar florestas.

Contamos com o maior sistema fluvial do Universo e não é concebível que queiram impedir o Brasil de utilizar economicamente suas hidrovias - o mais barato dos transportes - com a invocação de comprometimento do meio ambiente.

A criação dos Territórios Federais Alto Solimões, Alto Rio Negro e Juruá é providência inadiável, considerando o imperativo da ocupação humana, desenvolvimento e vigilância nas Faixas de Fronteira, que assim ficariam mais exequíveis.

Os povos indígenas merecem tratamento digno e o respeito à sua cultura e costumes. Mas, é evidente o exagero no tamanho das áreas demarcadas para as reservas, que já abrangem 43% do Estado de Roraima, 17,25% de Rondônia e expressivos percentuais no Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Os nove

milhões de hectares da reserva Ianomami - muita terra para poucos índios - representou ato de flagrante irresponsabilidade.

O Brasil está no limiar da arrancada para o progresso, desde que não seja tragado pela avalanche da globalização, que minimiza o conceito de Pátria e ameaça universalizar um só idioma, criar legislação transcendendo fronteiras, ignorar Estados soberanos e contemplar multinacionais com direitos extraterritórios.

A realidade contemporânea registra célere globalização das comunidades, das operações instantâneas do mercado de capital, da integração dos sistemas produtivos e das atividades econômicas em geral, todavia a globalização política de natureza imperialista, alardeada e desejada pela nações hegemônicas, jamais será implantada, porque os sentimentos de língua, tradição, religião, Pátria e liberdade são muito fortes, e a resistência das nacionalidades não admite rendição e elas permanecerão vivas e vitoriosas para sempre.

Léo de Almeida neves, suplente de senador pelo Paraná, ex-deputado federal e ex-diretor da CREA do Banco do Brasil.